



Departamento de História

O convento de São Miguel de Gaeiras Um espaço, vários usos

Joana Catarina Nunes Vitorino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão e Estudos da Cultura
Especialidade em Museologia

Orientadora:
Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

O convento de São Miguel de Gaeiras Um espaço, vários usos

Joana Catarina Nunes Vitorino

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em:
Gestão e Estudos da Cultura
Especialidade em Museologia

Orientadora:
Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

«A cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão constitutiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.»

José Ortega y Gassatt¹

¹ Consultado em <http://www.citador.pt/frases/citacoes/t/cultura> no dia 10 de Setembro de 2015.

Agradecimentos

A presente dissertação só foi possível graças ao apoio e ao contributo de diversas pessoas e entidades, que de forma direta ou indireta, permitiram a realização e concretização deste estudo. Como tal deixo os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar à minha família, mais concretamente aos meus pais que me ajudaram ao longo desta etapa. Obrigada pelas constantes viagens em busca de informações.

Professora Maria João Vaz obrigada pela disponibilidade, pelas sugestões e pela orientação dado ao longo deste ano.

Um agradecimento especial à Tânia por todo o apoio e força.

Obrigada à Joana, que apesar da ausência geográfica sempre enviou boas energias.

Obrigada à Marta Pereira pelo apoio e pelas constantes sugestões. Foste uma grande ajuda.

Não podia deixar de agradecer às minhas amigas do ISCTE pelas horas de estudo, de investigação, de conversa. Obrigada.

Obrigada João Luís pela constante ajuda e pelas portas abertas. Foi sempre incansável para que conseguisse chegar aos objetivos pretendidos.

Obrigada à Junta de Freguesia de Gaeiras, em especial ao Presidente Luís do Coito pela ajuda prestada.

Câmara Municipal e Arquivo Municipal de Óbidos, Comunidade Intermunicipal do Oeste. Obrigada.

D. Helena Gama e Senhor Eduardo João Silva, obrigada pela vossa ajuda.

Com receio de me esquecer de alguém, obrigada a todos os que contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

Resumo

O Convento de São Miguel de Gaeiras é um antigo convento franciscano, edificado na freguesia de Gaeiras, concelho de Óbidos, no decorrer do século XVII. Até 1834, ano da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, o Convento de São Miguel de Gaeiras foi casa de frades franciscanos, chegando a albergar membros da Família Real.

Depois de 1834 teve usos diversos e vários proprietários. Foi habitação privada, da família Gama após 1870, sendo que após 1955 começou a entrar em declínio. Foi propriedade da Câmara Municipal de Óbidos (1984-1994) e, atualmente pertence à OesteCim, uma comunidade que agrega 12 municípios da zona Oeste. Classificado como Monumento Nacional durante o período de pertença à Câmara Municipal de Óbidos, é hoje utilizado, em parte, como um local de dinamização cultural.

O objetivo deste trabalho é dar a conhecer um importante edifício histórico no concelho de Óbidos, que passa despercebido devido à sua localização geográfica, adjacente ao centro de Óbidos, mais concretamente à Vila, onde se concentra o cerne do património do concelho. Outro dos objetivos é demonstrar que a sua sucessiva e múltipla utilização permitiu que se mantivesse preservado, mesmo que o seu significado original tivesse sido alterado.

É importante dar a conhecer a sua história, e usos diversos a que foi destinado, desenvolvendo uma reflexão sobre o conceito de Património, em particular o património edificado, as questões relativas à sua conservação e ao seu restauro, os usos sociais, públicos ou privados, de que o património edificado pode ser objeto e de que forma essa utilização pode contribuir para a sua conservação ou, pelo contrário, desvirtuá-lo de significado. A metodologia utilizada foi condicionada pela exiguidade da informação disponível sobre este edifício. Assim, além da consulta de documentação escrita, procedemos à recolha de testemunhos orais e à realização de entrevistas junto dos representantes das entidades envolvidas na gestão deste património. Os meios de pesquisa utilizados permitiram responder à problemática do estudo, demonstrando que um antigo espaço conventual não tem de permanecer com uma função religiosa durante toda a sua vida. Pode ser alvo de diversas utilizações, sendo o importante, a sua preservação.

Palavras-chave:

S. Miguel de Gaeiras; Usos sociais do Património; Património; Conservação; Manutenção; Restauro.

Abstract

The Saint Michael's convent, is an old Franciscan Convent, was built in Gaeiras in the municipality of Óbidos, during the seventeenth century. Until 1834, year of the extinction of the Religious Orders, the Saint Michael Convent was a home of Franciscan friars and some members of the Royal Family.

After 1834, it had a different uses and multiple owners. It was a private house of family Gama after 1870, and after 1955 began the first decline. It was owned by the Municipality of Óbidos (1984-1994). At the present it is propriety of OesteCim, a community that brings together 12 municipalities in the West zone. Classified as a National Monument during the period that belonged to the Municipality of Óbidos, the Saint Michael's convent is used as a place of cultural promotion.

The objective of the study is to present an important historic building in the Municipality of Óbidos. The space goes unnoticed due because your geographical location, adjacent to the center of Obidos, specifically the village, which concentrates the County Heritage core. Another objective is to demonstrate that their successive and multiple purpose enabled remained preserved, even if its original meaning had been changed.

It is important to make known your history and various uses to which it was intended, developing a reflection about the concept of heritage, particularly architectural heritage, the questions about your preservation and your restoration, social, public or private uses, that the architectural heritage can be and how it can contribute to the preservation or, on the contrary, misrepresenting it meaning. The methodology used was conditioned because the information about this building is scarce. Thus, in addition to written documentation of consultation, we proceed to the collection of oral history and interviews with the representatives of the entities involved in the management of this heritage. The research methods used allowed to respond to the problem of the study demonstrated that an old convent space does not have to stay with a religious function throughout their life. It can be targeted for different uses, and the important, it is the preservation.

Keywords:

Saint Michael's; Gaeiras; Social uses of heritage; heritage; conservation; maintenance; Restoration.

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| 1. Objetivos e Problemática..... | 1 |
| 2. Metodologia..... | 4 |
| 3. Revisão da Literatura..... | 7 |
| | |
| <u>Capítulo 1</u> - O caminho para uma noção de Património Cultural..... | 12 |
| 1.1. Evolução do conceito de Património a nível internacional..... | 12 |
| 1.2. A afirmação do conceito de Património Cultural em Portugal..... | 15 |
| 1.3. O que fazer ao Património? Conservar vs Restaurar..... | 21 |
| 1.4. Conservação e Restauro do Património Cultural em Portugal..... | 25 |
| | |
| <u>Capítulo 2</u> – Uma História, um espaço, um convento – São Miguel de Gaeiras..... | 29 |
| 2.1. 1ª Fase (1602-1834)..... | 29 |
| 2.2. 2ª Fase (1870-1955)..... | 37 |
| 2.3. 3ª Fase (1984 – 1994)..... | 39 |
| 2.4. 4ª Fase (1994 – Atualidade) | 43 |
| | |
| <u>Capítulo 3</u> – Convento de São Miguel – Perspetivas de futuro..... | 50 |
| 3.1. O espaço em questão..... | 50 |
| 3.2. Convento de São Miguel – Musealizar?..... | 52 |
| 3.3. Novos caminhos/novas perspetivas..... | 54 |
| | |
| Conclusão | 64 |
| Fontes e Bibliografia..... | 67 |
| Anexos I..... | I |
| Anexo II..... | VI |

Índice de Figuras

Figura 1: Convento de S. Miguel em Trás do Outeiro

Figura 2: Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 3: Fachada do Convento de São Miguel de Gaeiras posterior 1955

Figura 4: Pormenor da fachada do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 5: Interior da Igreja de São Miguel após o restauro

Figura 6: Retábulo da Sacristia Maior em terracota

Figura 7: Retábulo da Sacristia Menor em estuque

Figura 8: Igreja de São Miguel entre 1984-1994

Figura 9: Sacristia Menor entre 1984-1994

Figura 10: Fachada principal vedada pela Câmara Municipal de Óbidos

Figura 11: Aspeto da fachada do Convento após a compra por parte da OesteCim

Figura 12: Claustro posterior a 1994

Figura 13: Obras de restauro da fachada principal

Figura 14: Antiga cripta

Figura 15: Fachada principal com o logótipo do Museu Regional do Oeste

Índice de Anexos

Anexo I

Figura 1: Nichos que ladeiam a entrada da Igreja

Figura 2: Pormenor do Arco Triunfal com brasão

Figura 3: Quadros que ladeiam o altar-mor

Figura 4: Pormenores de azulejos do interior da Igreja

Figura 5: Pormenor da Morte de S. Francisco em terracota

Figura 6: Claustro

Figura 7: Casa da Mina de Água

Figura 8: Pote em cerâmica

Figura 9: Digitalização de imagem que comprova a musealização do Convento

Figura 10: Digitalização de imagem que comprova a musealização do Convento

Anexo II

Figura 1: Processo de classificação do Convento de São Miguel de Gaeiras em Monumento Nacional

Figura 2: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 3: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 4: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 5: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 6: Pedido de cedência do Convento de São Miguel de Gaeiras à Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 7: Autorização de cedência do Convento à Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

Figura 8: Guião de entrevista

Glossário de siglas

AAP – Associação de Arqueólogos Portugueses

APOM – Associação Portuguesa de Museologia

CIM – Comunidade Intermunicipal

CMO – Câmara Municipal de Óbidos

CSMN – Conselho Superior dos Monumentos Nacionais

CMN – Conselho dos Monumentos Nacionais

DGBAM – Direção Geral de Belas Artes e Monumentos

DGBA – Direção Geral das Belas Artes

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

DGEMN – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

GNR – Guarda Nacional Republicana

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

JFG – Junta de Freguesia de Gaeiras

OesteCim – Comunidade Intermunicipal do Oeste

ONG – Organização Não Governamental

ICOM – International Council of Museums

IPM – Instituto Português dos Museus

IPA – Instituto Português da Arqueologia

IPPA – Instituto Português do Património Arquitetónico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

1. Objetivos e Problemática

O Convento de São Miguel de Gaeiras é um antigo convento de frades franciscanos, construído durante o século XVII, na freguesia de Gaeiras, concelho de Óbidos.

Com o título *Convento de São Miguel de Gaeiras Um espaço, vários usos.*, o presente trabalho, elaborado no âmbito do Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura, com especialidade em Museologia, tem como objetivo dar a conhecer a História deste antigo espaço conventual que desde a sua fundação, em 1602, foi utilizado para os mais variados fins.

As diversas utilizações e usos sociais de que este monumento foi alvo permitiram a construção de uma história rica em pormenores, o que demonstra que, por mais diversas que sejam as utilizações de um interessante e antigo espaço religioso, o importante é que se mantenha preservado, e como elemento da memória e de usufruto de uma comunidade.

Para além de descrever e analisar o percurso realizado por este Convento no tempo, a presente dissertação procura também ser um contributo para o desenvolvimento local, uma vez que sou residente no concelho de Óbidos e demonstro interesse pelo seu Património.

Como residente verifico, diariamente, que os turistas que visitam Óbidos apenas têm conhecimento dos monumentos que se encontram dentro das muralhas do castelo. É lhes totalmente desconhecido a existência de outro Património presente nas freguesias que constituem o referido concelho.

O Convento de São Miguel faz parte deste conjunto, uma vez que a sua localização geográfica é afastada do centro de Óbidos, local, esse, sim de peregrinação turística.

De forma a evitar que este desconhecimento continue, decidi escolher como objeto de estudo este antigo convento franciscano, procurando, assim, contribuir para um possível reconhecimento do local, tentando, quem sabe, diminuir a distância que se faz sentir entre a forma de atuar para com este espaço e o centro da Vila de Óbidos.

Com o presente trabalho para além de demonstrar a vivência religiosa dos frades franciscanos até 1834, irá ser explicada a utilização que este espaço teve durante o tempo em que pertenceu à família Gama, aproximadamente mais de 80 anos, uma vez que a

compra foi efetuada após 1870 e terá sido vendido após 1955. Serão, ainda, descortinadas as razões da sua venda à Câmara Municipal de Óbidos, em 1984, e por que se manteve votado ao abandono até 1994, ano em que foi vendido à Associação de Municípios do Oeste, atual Comunidade Intermunicipal do Oeste, que o adquiriu com o objetivo de criar no espaço a sede da sua associação, bem como um centro de apoio a atividades económicas e a criação de um museu, denominado Museu Regional do Oeste.

Os objetivos pretendidos para este espaço nunca chegaram a ser concretizados na sua plenitude e, apesar dos novos proprietários, o Convento ficou sem uma utilização específica e a comunidade ficou sem poder usufruir do espaço na sua plenitude.

Como tal, tornou-se necessário explicar a importância do monumento para a comunidade local, demonstrando de que forma esta pode usufruir daquele belíssimo espaço. Para tal, depois de narrada a história do Convento, serão referidas as posições relativamente a este edifício, bem como possíveis utilizações, para que este se torne atrativo e convide a população a relacionar-se consigo e entre si.

Ao contrário do que aconteceu com muitos dos conventos religiosos em Portugal, que após a extinção das ordens religiosas acabaram por entrar em ruína e consecutivo desaparecimento, o Convento de São Miguel de Gaeiras foi permanecendo ativo e preservado até aos dias de hoje.

Em termos organizativos, a presente dissertação de mestrado encontra-se dividida em seis secções, introdução, três capítulos centrais, conclusão e fontes e bibliografia.

Na introdução, é dado a conhecer o objeto de estudo definindo-se os objetivos e problemas associados, bem como a metodologia, que foi seguida na realização do mesmo e a revisão da literatura. Segue-se o primeiro capítulo com o título «Caminho para uma noção do Património Cultural.» Neste capítulo são abordados três conceitos associados ao objeto de estudo. O primeiro conceito analisado foi o conceito de Património, de seguida o conceito de conservação associado ao conceito de restauro, uma vez que são muitas vezes percecionados como sinónimos. Os três conceitos mencionados foram tratados tendo em conta o plano internacional e o panorama nacional, tanto mais que o objeto de estudo é um monumento português. No segundo capítulo é tratada a História do Convento de São Miguel de Gaeiras, abordagem essa realizada em quatro fases, que correspondem às diferentes fases de ocupação do edifício. Na primeira fase (1602-1834) que respeita a presença franciscana, refere-se a arquitetura do edifício e atividades realizadas no mesmo; a segunda etapa (pós 1870-pós 1955) refere a vivência de uma família reconhecida na zona das

Gaeiras, a família Gama, que pouca utilização deu ao Convento; na terceira fase (1984-1994) é referida a compra do espaço, e consecutiva posse por parte da Câmara Municipal de Óbidos; para terminar, na quarta e última fase (1994-actualidade), é referida a utilização por parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste, atual proprietária do edifício, bem como os projetos planeados para o mesmo que não chegaram a concretizar-se e obrigaram a um novo planeamento. No último capítulo, com o título «Convento de São Miguel – Perspetivas de futuro» serão analisadas os dados obtidos com o presente estudo, comparando e contrapondo informações recolhidas, através da revisão da literatura, da realização de entrevistas semiestruturadas e da recolha de testemunhos orais. Com diversos subcapítulos serão evocadas as várias possibilidades de uso futuro do Convento de São Miguel, tratando-se a questão de musealizar ou não o edifício, propondo-se novos caminhos e novas perspetivas para que este antigo convento franciscano continue a fazer parte do dia a dia da comunidade local.

Na conclusão será dada uma resposta aos problemas colocados no início, através de uma reflexão sobre os dados da pesquisa que foi realizada.

De forma a completar e enriquecer o trabalho, este conterá diversas fotografias do Convento, desde o período em que esteve ao abandono até aos dias de hoje.

É objetivo deste trabalho ter um eco a nível local e contribuir para que o Convento de São Miguel de Gaeiras comece a tornar-se cada vez mais conhecido para os habitantes de todo o concelho de Óbidos e que estes sintam prazer na presença de tão importante edifício.

A grande dificuldade para a concretização deste trabalho prende-se com a escassa informação que existe sobre o tema. As obras existentes são em número reduzido, abordando de forma generalista todos os períodos de ocupação do edifício. É impossível ficar a conhecer a evolução do Convento se apenas for tida em conta a leitura de obras, geralmente pouco informativas.

Como tal, de forma a contornar este problema foi necessário optar por estratégias metodológicas que centrassem a sua atenção na obtenção de informação através do contacto com protagonistas da história do Convento. Esse contacto foi feito através da elaboração de entrevistas e da recolha de testemunhos orais.

A adoção das estratégias referidas permitiu contribuir para a construção da história que vinha sendo construída.

Para além destes instrumentos, outros foram utilizados permitindo a concretização do presente trabalho de investigação.

2. Metodologia

De forma a cumprir o plano estabelecido, a escolha da metodologia a adotar recaiu sobre uma metodologia qualitativa, que tem como principal objetivo realizar um estudo exploratório sobre um determinado tema, cruzando a informação existente com hipóteses teóricas ou com a inquirição de testemunhos ligados ao objeto de estudo. «Qualitative research begins with assumptions, a worldview, the possible use of a theoretical lens, and the study of research problems inquiring into the meaning individuals or groups ascribe to a social or human problem. » (CRESWELL: 2007, 37).

Ao utilizar uma pesquisa qualitativa em detrimento de uma pesquisa quantitativa foi possível estudar aprofundadamente a informação que existia sobre o estudo de caso em tratamento, confirmando algumas suposições relacionadas com diferentes períodos de ocupação do edifício. As maiores incertezas iam ao encontro do período de ocupação, do Convento, por parte da família Gama (pós 1870- pós 1955) e da Câmara Municipal de Óbidos (1984-1994), isto porque durante os anos referidos pouco se sabe sobre o que aconteceu no local. Como tal, a informação que circula é muito especulativa, o que obriga a um estudo profundo e a um cuidado exaustivo das fontes consultadas, o que só é possível com a referida metodologia. «One of the reasons for conducting a qualitative study is that the study is exploratory. This means that not much has been written about the topic or the population being studied» (CRESWELL: 1994, 30).

Inserido na metodologia qualitativa existem cinco possíveis abordagens.² No que diz respeito ao presente trabalho, a escolha recaiu sobre a técnica da narrativa.

Com o objetivo de narrar cronologicamente uma história, o presente estudo de caso necessita de uma técnica que tenha como uma das características principais, uma ferramenta que permita organizar o texto com um princípio, um meio e um fim.

Esta característica é fundamental para poder descrever toda a história do objeto em estudo, que se torna muito mais perceptível ao seguir uma ordem cronológica, ou seja, demonstrar a dinâmica em que este antigo convento franciscano participa, começando pela

² As cinco abordagens possíveis numa metodologia qualitativa são: a narrativa (narrative research), caso de estudo (case studies), fenomenologia (phenomenology), etnografia (ethnography) e teoria fundamentada (grounded theory). (CRESWELL:2007,53).

presença dos frades da Ordem que lhe deu nome e, posteriormente, descrever o processo até aos últimos proprietários, a OesteCim.

Para que a narrativa se tornasse mais rica, para além da informação recolhida com a revisão da literatura, procedi à recolha de testemunhos orais. A história oral, ferramenta metodológica que guia a recolha dos referidos testemunhos, é uma das diversas técnicas que permite o uso da estratégia da narrativa.³ Contudo, para que estes depoimentos sejam fiáveis é fundamental a colaboração de todos os participantes, uma atitude crítica, inquiridora e aberta e não partir com juízos pré-estabelecidos, uma vez que estes só iriam dificultar a análise dos factos.

No presente estudo de caso, a maioria dos testemunhos recolhidos foi de pessoas de idade avançada, o que dificultou a sua obtenção, uma vez que alguns fragmentos históricos já não se encontravam na memória ou eram confundidos com outras histórias. Dos três testemunhos orais recolhidos, dois deles foram de pessoas que, de certa forma, conviveram com os membros da família Gama, o que permitiu compor a história desse período. Por exemplo, a contribuição de Manuel Rodrigues foi importante para conhecer o carácter e a vivência dos Gama. Como filho do feitor⁴ da família conviveu de perto com a mesma, tendo até beneficiado de um tratamento cuidado, como se fosse, ele próprio, membro da própria família. Com o contributo mencionado foi possível conhecer alguns dos acontecimentos que ocorreram no Convento de São Miguel, nomeadamente várias celebrações religiosas na Igreja.

O outro testemunho, o de um antigo caseiro, o senhor Adrianito, da Quinta das Janelas Verdes, ex-propriedade da família Gama, permitiu, apenas, confirmar as informações recolhidas junto de Manuel Rodrigues, isto porque o senhor Adrianito não se conseguia lembrar de muitos pormenores, por não ter estado presente nas Gaeiras à época de aquisição do Convento de São Miguel por parte dos Gama.

O terceiro, e último, testemunho foi o de um ex-presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras, Eduardo João Silva, que ocupou o cargo entre 2005 e 2013, conhecedor da história local, que com os seus conhecimentos contribuiu para o colmatar de falhas que vinham sendo sentidas no reconstruir do período pós 1870 até 1994.

³ As diferentes abordagens da narrativa são um estudo biográfico (biographical study), autobiografia (autobiography) e história oral (oral history) (CRESWELL:2007,55).

⁴ Um feitor é alguém responsável pela administração dos bens de outra pessoa; um capataz; rendeiro. Consultado em: <http://www.priberam.pt/dlpo/feitor> no dia 10 de julho de 2015.

Apesar da sua importância, os três testemunhos orais não eram de todo suficientes para colmatar as lacunas de informação. Assim, de forma a enriquecer a informação disponível para o presente estudo de caso recorri à realização de entrevistas.

Entre os vários tipos de entrevistas possíveis, as cinco realizadas são do tipo semiestruturadas, também conhecidas como entrevistas semidiretivas, que se caracterizam por uma maior liberdade na ordem de colocação das questões.⁵ Apenas é estabelecida a pergunta que inicia a entrevista. As seguintes são colocadas consoante as respostas que forem sendo obtidas: «o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista» (GHIGLIONE:1997,84).

O número de entrevistas realizadas, no total de cinco, foi definido de acordo com o número de fases em que seria dividida a História sobre o Convento de São Miguel. Isto é, na primeira fase, a presença franciscana (1602-1834), não foi, como é lógico, elaborada nenhuma entrevista, dado a inexistência de testemunhos vivos. Com a definição da segunda fase, família Gama (pós 1870-pós 1955), foi concretizada a primeira entrevista a uma descendente desta família, Helena Gama, que se prontificou a fornecer todas as informações que tivesse em seu poder sobre os anos em que a sua família utilizou o Convento de São Miguel. A escolha de Helena Gama, e não de outros descendentes, deveu-se à pronta disponibilidade da mesma aquando do primeiro contacto. A segunda entrevista diz respeito ao terceiro período histórico, Câmara Municipal de Óbidos (1984-1994), sendo as respostas obtidas através de José Parreira, atualmente com funções de coordenação no Convento em estudo. O entrevistado escolhido para esta entrevista foi o presidente da Câmara Municipal de Óbidos, Humberto Marques. Porém, a dificuldade em agendar uma entrevista com o mesmo, fez com que José Parreira fosse mandatado para o lugar do atual presidente de Óbidos. A terceira entrevista foi ao encontro da quarta e última fase da história, que diz respeito aos proprietários atuais, a Comunidade Intermunicipal do Oeste (1994-atualidade).

As duas restantes entrevistas foram dirigidas a dois protagonistas da vida política do concelho de Óbidos. Uma delas a um ex-autarca da CMO (2001-2013), Telmo Faria, e a outra a Luís do Coito, presidente da Junta de Freguesia de Gaeiras desde o ano de 2013. Telmo Faria foi uma escolha imediata porque a sua formação em História permite um olhar diferente sobre o objeto de estudo. Luís do Coito foi escolhido como forma de compreender

⁵ Existem entrevistas não diretivas ou livres; entrevistas diretivas e entrevistas semidiretivas ou semiestruturadas. (GHIGLIONE:1996).

uma visão local, sobre um dos edifícios de maior reconhecimento na freguesia a que preside, Convento de São Miguel.

O guião de cada uma das entrevistas foi elaborado de acordo com o tipo de informação pretendida. Das cinco entrevistas realizadas, quatro iniciaram-se com questões de índole mais geral, de forma a obter a opinião que cada um dos entrevistados possui sobre o espaço e sobre a utilização atual. À medida que as entrevistas se iam aproximando do fim, as questões iam adquirindo um carácter mais específico, uma vez que iam ao encontro de práticas tomadas pelos entrevistados durante o período em que o Convento foi propriedade dos mesmos. As entrevistas terminam com uma questão de carácter mais abrangente, onde é possível deixar uma opinião sobre o passado, presente e o futuro do Convento de São Miguel de Gaeiras.

Como foi referido, uma das entrevistas não foi iniciada com questões gerais, uma vez que o objetivo da mesma não era saber, imediatamente, a opinião sobre o espaço, mas sim o que aconteceu no mesmo durante o período de ocupação. Referiu-me à entrevista realizada a Helena Gama. As perguntas realizadas tinham como objetivo recontar a história dos anos em que o espaço foi ocupado pelos seus familiares, uma vez que esta era única fonte de informação sobre esse período. Foi, posteriormente, questionada sobre os proprietários seguintes, bem como sobre as últimas utilizações. Contudo, por não viver na zona das Gaeiras e por se ter afastado da história das antigas propriedades da sua família acabou por não fornecer qualquer informação.

Todavia, a concretização das referidas entrevistas foi imprescindível para completar a informação que foi sendo recolhida através das diversas estratégias que a metodologia qualitativa fornece.

3. Revisão da Literatura

No que diz respeito à revisão da literatura numa metodologia qualitativa, ela deve ser utilizada de forma a responder às questões colocadas no início de qualquer trabalho científico, uma vez que o seu objetivo é dar a conhecer aos leitores os estudos que sejam próximos do tema que se encontra em análise. Isto é, a revisão da literatura «...shares with the reader the results of other studies that are closely related to the study being reported» (CRESWELL: 1994, 29 e 30).

A revisão literária pode ser usada em três secções diferentes do texto. A primeira secção diz respeito à introdução do trabalho, neste local a revisão literária permite saber o que tem sido escrito sobre o tema, permitindo chegar ao propósito do estudo. A segunda opção de uso é numa secção própria no corpo do texto, utilização mais comum em estudos

vocacionados para leitores com uma orientação qualitativa. Por fim, a terceira opção de uso é colocar a revisão da literatura nos capítulos finais, permitindo uma comparação entre resultados.

No presente caso, a revisão da literatura encontra-se inserida no capítulo introdutório, de forma a conseguir abordar a informação existente sobre o objeto em estudo. Para além disso, permite introduzir as obras utilizadas para abordar os conceitos estudados, património, conservação e restauro. Os conceitos foram elaborados tendo em conta uma evolução cronológica, tanto a nível internacional como nacional.

No que diz respeito ao conceito de Património, as duas obras de maior referência foram da autoria de Françoise Choay, *A Alegoria do Património* e *As questões do património: antologia para um combate*. Com estas duas obras foi possível compreender que o conceito de Património, no seu início era apenas um termo jurídico, que dizia respeito à aquisição dos mais variados tipos de bens.

Com a sua afirmação, por volta de 1960, tornou-se mais abrangente, centrando a sua atenção na aquisição, conservação e classificação de bens, tanto de carácter material como imaterial. A linha de abordagem seguida por Françoise Choay centra-se no panorama internacional, uma vez que a sua evolução se encontrava com alguns anos de avanço. De forma a compreender essa evolução tornou-se necessário proceder à leitura de cartas, elaboradas em grande parte pela UNESCO, onde era referido os procedimentos a adotar perante um Monumento⁶. Depois de estabelecer a evolução do conceito a nível internacional, tornou-se necessário elaborar a sua construção a nível nacional. Como tal a obra, *Direito do Património Cultural*, tornou-se uma preciosa ajuda para perceber os meandros que ladeavam a evolução do Património em Portugal, uma vez que este se encontrou sempre associado à elaboração de leis e de decretos-lei. O capítulo de Jorge Miranda, *O património cultural e a Constituição*, inserido no livro *Direito do Património Cultural* foi a porta de entrada para o mundo das leis, nomeadamente as que se destinavam à evolução do conceito em estudo. É de referir, por exemplo, a Lei 13/85, elaborada tendo em conta o VII Governo Institucional, liderado pelo primeiro-ministro Pinto Balsemão, que tinha como objetivo atualizar os critérios de classificação do Património Português, através da ação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e de diversas associações de defesa.⁷

⁶ A obra mais consultada foi *Direito do Património Cultural*, sendo de destacar os capítulos *Património Cultural: sentido e evolução*, da autoria de José Augusto França e *As Convenções da UNESCO no domínio do património cultural*, da autoria de Manuela Galhardo.

⁷ Foi fundamental a análise do capítulo «Enquadramento e apreciação crítica da lei 13/85», da autoria de João Martins Claro, na obra *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp.279-328.

A leitura da obra *Direito do Património Cultural* permitiu compreender que a elaboração de leis não era suficiente para atenuar a desorganização no que toca ao Património português, isto porque apesar da elaboração da, Lei 13/85, e de outras leis, como a Lei 107/2001, quase nunca o seu cumprimento era sentido na totalidade, dado ao aparecimento de novos artigos, que acabavam por contradizer, em parte, os anteriores.

Como tal, é impossível não referir o contributo do autor Jorge Custódio, que com o seu artigo *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)* e a obra *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1919-2010* contribuíram para traçar a evolução e construção do conceito de Património em Portugal.

É referido por este autor que apesar da elaboração precoce de documentos que tratassem o estado do Monumentos Portugueses, como foi o caso do Alvará de D. João V, em 1721, e se preocupassem com a sua conservação, em Portugal não houve uma definição concreta e uma única lei, pela qual a evolução do conceito de Património se pudesse reger. Segundo Jorge Custódio e José Augusto França, o conceito de Património encontra-se em constante mudança e se vai adaptando às circunstâncias vigentes no país.

A evolução do primeiro conceito tratado remete imediatamente para a abordagem dos outros dois conceitos, o de conservação e restauro, que são muitas vezes considerados como sinónimos, mas, na verdade, não o são porque conservar não é o mesmo que restaurar, apesar da interligação que possa existir.⁸

Uma das referências feitas foi à obra de Cesare Brandi, *Teoria do Restauro*, que permitiu compreender em que consiste este conceito, bem como as etapas pelas quais tem passado até se ter tornado uma disciplina autónoma e com regras definidas no que toca ao tratamento do Património. Essas regras, segundo Cesare Brandi foram definidas na Carta de Restauro, de 1972. Documento fundamental para balizar a ação dos restauradores.

A análise dos conceitos de conservação e de restauro também se balizaram na obra de Fernando Henriques, *Conservação do Património edificado*. Com a leitura do livro referido chegou-se à conclusão das principais diferenças entre conservar um monumento e restaurar.

A primeira etapa é sempre conservar e dentro da ação de conservação existem várias etapas consoante o grau de intervenção de que o edifício necessita. Caso o monumento esteja bastante degradado, e as ações de conservação já não assegurem a sua permanência no panorama patrimonial, avança-se para o restauro, uma técnica mais intrusiva, uma vez que exige, em alguns situações, reconstruções totais ou parciais de edifícios.

⁸ Obra de referência: *A Alegoria do Património* de Françoise Choay.

As obras referidas foram, também, o ponto de partida para elaborar os conceitos em Portugal, às quais se juntaram diversos autores.⁹

O estudo não ficaria completo se não fosse referido o papel das diversas instituições ligadas ao Património Português, como foi o caso do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, abordado em diversos livros e artigos, como foi o caso do texto de Nuno Santos Pinheiro, *O papel do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico na protecção do património*.

Não poderia deixar de ser referido, mais uma vez, o contributo de Jorge Custódio que com as suas obras permitiu entender os mecanismos legais que ladearam as ações de conservação e restauro em Portugal, bem como a ausência do país em diversos organismos internacionais que zelavam pela proteção do património, como era o caso do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS, do qual Portugal apenas fez parte após 1974, ano de revolução no país, que colocou fim a mais de 40 anos de um regime ditatorial.

O entendimento dos conceitos de património, de conservação e restauro foram importantíssimos para perceber a evolução do objeto em estudo. Isto é, ao longo dos anos o Convento de São Miguel de Gaeiras foi evoluindo de um simples convento de frades franciscanos, até à sua classificação como monumento, pós 1984, e à sua utilização atual. Durante estes períodos necessitou de ações de conservação e de um restauro mais aprofundado. Só foi possível acompanhar estas evoluções, entendendo o que tem vindo a ser feito no panorama do Património em Portugal.

No que diz respeito ao estudo sobre o Convento de São Miguel, a informação existente é bastante escassa, o que dificultou a elaboração do capítulo que se destina à história do edifício.

A obra de maior utilização no referido ponto do trabalho foi uma obra da autoria de Helena Abreu, *Memórias de um Convento Franciscano: Contributos para a História do Convento de São Miguel*. Ao longo do presente livro, a autora faz uma breve referência aos primeiros anos de existência do edifício, mencionando as causas para a sua construção. Posteriormente aborda algumas lendas associadas, passando de seguida para referências mais atuais, que se prendem com o período corrente do Convento.

Helena Abreu refere a última ação de compra do Convento, 1994, bem como os objetivos associados à sua aquisição. Logo de seguida inicia um relato sobre o restauro do edifício, tendo em conta a utilização definida para o espaço.

⁹ *Preservação, conservação e valorização do património cultural em Portugal*, de Sandra Lameira; *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)* de Maria Helena Maia; *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, da autoria de Miguel Tomé.

O facto de focar grande parte da sua atenção no período pós 1994 vem acentuar o vazio que se faz sentir em relação aos acontecimentos dos anos antecedentes.

Para além do fator mencionado é importante referir que a obra *Memórias de um Convento Franciscano: Contributos para a História do Convento de São Miguel*, se baseia numa outra, *O Convento de S. Miguel: Trás-do-Outeiro e Gaeiras*, da autoria do Historiador Sérgio Gorjão.

Por sua vez a obra de Sérgio Gorjão baseou-se numa obra central sobre o concelho de Óbidos, *Memórias Históricas e diferentes apontamentos, acerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente*. O título mencionado diz respeito a uma obra de grandes dimensões que refere a história de Óbidos e dos seus monumentos desde o tempo de D. Afonso Henriques.

Com o intuito de completar a informação recolhida e colmatar algumas falhas que fossem sentidas nos diferentes períodos de ocupação do espaço, foram analisadas obras complementares.¹⁰

Ainda sobre a história do Convento de São Miguel é fundamental referir a consulta de uma crónica elaborada por frades franciscanos, *Espelho de Penitentes e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida*, onde é referido a criação de diversos conventos da ordem franciscana, nomeadamente a construção do Convento em estudo. Na referida crónica são encontrados excertos de frades sobre o local, o que torna sustentável a sua presença.

De forma a conseguir tratar toda a informação foi necessário proceder a uma leitura de obras sobre metodologias, pois só assim foi possível escolher a metodologia a utilizar e perceber as suas características. De maneira muito genérica, as obras de maior utilização foram: *Qualitative research methods for the social sciences* de Bruce Berg; *Qualitative inquiry and Research design; choosing among five approaches* de John Creswell, que permitiram compreender em que consista a metodologia qualitativa e qual a melhor forma de aplicação ao presente estudo de caso. A obra de William Foddy, *Como Perguntar: Teoria e Práctica da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários* foi fundamental para elaborar as entrevistas concretizadas, que permitiram obter novas informações sobre o Convento de São Miguel.

¹⁰ *Monografia de Gaeiras (contributos)* de autores vários; *Gaeiras de ontem e de hoje* de Carla Rosendo; *20 Anos de Vandalismo Patrimonial – Convento de São Miguel das Gaeiras*, Dissertação de Mestrado da autoria de Ângela Oliveira.

Capítulo 1 – O caminho para uma noção de Património Cultural

1.1. Evolução do conceito de Património a nível internacional

O conceito Património, *patrimonium*, com origem no latim, começou por ser um termo jurídico, que dizia respeito à aquisição de bens de qualquer tipo. Atualmente é mais abrangente, uma vez que não diz somente respeito aos bens adquiridos, mas também a uma construção mental e simbólica desses mesmos bens. Todavia, apesar da sua generalização encontra-se longe de gerar consenso entre os teóricos.

O conceito de Património torna-se mais largamente partilhado após II Guerra Mundial, com a integração de novas categorias de bens a preservar, sendo estes de carácter material ou imaterial. Antes do ano de 1939, Património era designado por Monumento, que por sua vez se desdobrava em Monumento Histórico.

O conceito de Monumento remonta ao latim *monumentum* e deriva do verbo *monere*, que significa lembrar à memória/recordar. Entendia-se Monumento como um «qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças» (CHOAY:2010,17).

Inicialmente considerava-se Monumentos todos os artefactos feitos pela mão humana, o que remetia para uma noção de identidade. A função identitária é fundamental no Monumento, uma vez que este se encontra exposto a um diálogo permanente com a sociedade.

A noção de Monumento encontra-se intimamente ligada, chegando até a ser confundida com um outro conceito, o de Monumento Histórico, uma invenção do Ocidente, que se entende pela junção de criações arquitetónicas e do seu espaço adjacente, como um exemplo de algum acontecimento relevante. Isto é os Monumentos Históricos «não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico.» (HENRIQUES:1991,31).

Ao contrário do Monumento, os Monumentos Históricos nunca poderiam ser considerados como um artefacto intencional com fins memoriais, uma vez que eram propositadamente escolhidos entre vários edifícios existentes dado o seu valor histórico. Como se pode verificar, as duas noções encontram-se estritamente ligadas, isto é, se o conceito de Monumento se modifica, o termo Monumento Histórico altera-se consecutivamente.

Alois Riegl foi um dos primeiros autores a elaborar uma diferenciação entre os dois termos; afirmou que um Monumento é uma criação deliberada com destino *a priori*, enquanto Monumento Histórico não é desejado inicialmente, surgindo *a posteriori*, através da ação de um historiador (CHOAY:2010,24).

Com o século XIX, o conceito de Monumento Histórico expandiu-se à escala mundial, aparecendo cada vez mais legislação e medidas de proteção. Um dos organismos responsáveis pela elaboração destes documentos é a UNESCO, agência especializada em Educação, Ciência e Cultura para as Nações Unidas, fundada em 1945. Entre diversas funções, é responsável por importantes documentos normativos como Convenções¹¹, Recomendações¹² e Resoluções¹³ que visam proteger e conservar o Património a nível mundial, adaptando-se, cada uma, às leis vigentes de cada país membro.

Para que os propósitos das Convenções, Recomendações e Resoluções sejam concretizados é necessário proceder à identificação, classificação, salvaguarda e valorização dos bens em causa. De forma a agilizar e completar o processo foram criados dois instrumentos de trabalho: o Comité do Património Mundial, um órgão intergovernamental constituído por 21 estados, eleitos periodicamente. Apresenta quatro funções: identificar o património mundial, zelar pelo mesmo, decidir quais os bens a inserir na lista do património mundial em perigo e determinar as condições para um bem integrar a lista acima referida. O segundo instrumento de ajuda é o Fundo do Património Mundial, que obtém os seus recursos através de contribuições obrigatórias e voluntárias dos Estados Membros, da UNESCO, de organismos públicos e privados. O uso das receitas é em prol dos cuidados para com o património em perigo e, também, em formação.

Os procedimentos para a conservação foram definidos pela primeira vez na Conferência Internacional para a Proteção e Conservação dos Monumentos de Arte e História, 1931, cujos resultados são conhecidos conhecida como Carta de Atenas. O seu valor era simbólico, uma vez que conseguiu reunir, no mesmo espaço e em torno do mesmo tema, 118 participantes, de origem europeia, com o objetivo de legislar uma política de proteção dos monumentos. Para além disso, foram estipuladas técnicas e materiais de reparação que considerassem a envolvimento do Monumento e a sua utilização.

Contudo, um dos marcos mais importantes ocorreu por volta de 1964, com a redação da Conferência sobre a Conservação dos Monumentos e dos Lugares, conhecida

¹¹ As Convenções dizem respeito aos bens culturais não tangíveis e aos bens culturais mais específicos, nomeadamente os bens materiais.

¹² As Recomendações são de carácter pontual e sugerem medidas sem valor vinculativo.

¹³ As Resoluções vinculam o conjunto dos estados membros e visam medidas mais concretas e pontuais.

também como a Carta de Veneza, tendo em conta o II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Entre outros assuntos, consolidou-se o domínio do conceito de Património como algo que «Compreende a criação arquitectural isolada assim em lugar urbano ou rural que tem em si o testemunho de uma civilização particular» (CHOAY:2011,216). Estipulou-se que se deveria apostar na manutenção dos edifícios antes de se proceder à conservação dos mesmos, e caso não fosse possível dever-se-ia conservar em vez de restaurar. Os elementos a substituir deveriam ser integrados harmoniosamente no espaço, distinguindo-se dos originais. Neste sentido, tornou-se imprescindível a elaboração de documentação, nomeadamente relatórios das obras, críticas e fotografia de todas as fases, com o objetivo de deixar memória para futuras necessidades de consulta.

A noção de Monumento e de Monumento Histórico consolidou-se por volta de 1964, após a publicação da Carta de Veneza. O reconhecimento destes dois conceitos durou até à elaboração de uma nova convenção: a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, em 1972, onde o termo utilizado deixou de ser Monumento e passou a ser Património, que se definia como: «bens de interesse excepcional, de valor universal, por vezes testemunhos únicos respeitando critérios de autenticidade e de integridade, e que devem ser considerados pertença não apenas do estado onde se encontram, mas de toda humanidade» (GALHARDO:1996,97).

Com o conceito de Património procedeu-se a uma união de valores, um valor educativo «os monumentos são testemunhos irreprensíveis da história» (CHOAY:2010,120), um valor económico «como forma de atrair os visitantes estrangeiros» (CHOAY:2010,120), um valor artístico, onde se procura uma definição de “bonito” (PEREIRO:2006,28), um valor histórico, que assenta na lembrança de uma época, na memória sobre o passado (PEREIRO:2006,28), um valor de antiguidade que contrasta com o valor de contemporaneidade e um valor documental que «pode ser adscrito ou atribuído» (PEREIRO:2006,28).

Os países onde o conceito mais se operacionalizou foram França e Inglaterra. No primeiro, a ideia do progresso e a perspetiva de um futuro melhor dominaram os sentidos e os valores do Património Histórico. Enquanto em Inglaterra, o apego às tradições, apesar da forte ligação à Revolução Industrial, dominou a forma de encarar este conceito, ou seja, os ingleses não se conformavam com o desaparecimento dos edifícios antigos, uma vez que estes eram necessários ao desenrolar do presente.

Tal como aconteceu com o conceito de Monumento, também no conceito de Património houve uma necessidade de ramificação. Surgiu, assim, a noção de Património

Histórico «Conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança colectiva» (DICIONÁRIO:2001,2784).

Com a Industrialização cada vez mais presente na sociedade, o Património tornou-se insubstituível, o seu desaparecimento ou os danos causados são irremediáveis. Como tal, tornou-se absolutamente necessário apostar na proteção dos bens imóveis ou móveis, envolvendo os mais diversos recursos económicos e científicos de todos os países. «Nada é feito directa ou manualmente; tudo é efectuado de acordo com regras e obedece ao cálculo» (CHOAY:2010,145).

Uma nova atitude começa a surgir na sociedade do século XX. Porém, o custo de manutenção elevado e a inadaptação às necessidades atuais traduziu-se numa dificuldade de implementar as novas medidas que vinham sendo redigidas nas numerosas convenções internacionais na área do Património. Era necessário proteger os edifícios de forma a evitar que os edifícios antigos fossem demolidos de forma não refletida dando lugar a novos.

Como se pode verificar, o conceito de Património é uma construção de um processo cultural, ou seja, encontra-se em constante evolução, o que no passado não foi considerado Património pode sê-lo hoje e o que hoje é classificado como tal pode não ser assim entendido no futuro. Enquanto construção cultural e mental, o Património tem como função definir a identidade, uma vez que é muito importante para o Homem salvaguardar aquilo que pode ser considerado universal. O problema começa quando se decide aquilo que se deve ou não salvaguardar e como é que se deve fazê-lo.

1.2. – A afirmação do conceito de Património Cultural em Portugal

Em Portugal, o conceito de Património encontra-se intimamente ligado ao conceito de História. É um conceito em constante mudança devido à ausência de uma definição concreta, acompanhada por leis que estabelecem, definitivamente, as bases do que poderia ser considerado Património.

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, assistiu-se ao aumento de uma consciencialização sobre a importância de preservar elementos mais antigos, ou seja de preservar os Monumentos. Era essencial proceder à elaboração de novas definições ou a

retificação das que já existiam, como era o caso da definição existente no Alvará de D. João V (1721).¹⁴

«daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja (possa) desfazer ou destruir em todo nem em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos (assim designados Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos, Arábios) ainda que em parte esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármores e cipas...» (FRANÇA:1996,25).

Seguindo uma cronologia, em Portugal, o conceito de Monumento iniciou-se com um Decreto do Ministério do Reino, publicado no *Diário do Governo*, no dia 15 de novembro de 1875. Este Decreto afirmava a necessidade de criar uma «comissão com a incumbência de elaborar um projecto de reforma do ensino artístico e de organização dos serviços de museus, monumentos históricos e arqueologia» (CUSTÓDIO:2010,19). Durante um ano, a comissão foi responsável pela verificação do estado das artes em Portugal. O resultado foi explanado num relatório, onde, para além de ter sido apresentada a preservação de testemunhos, foi proposto classificar como Monumentos Nacionais tudo o que representasse a sociedade portuguesa.

Para esse fim, foi criada uma Direção Geral de Belas Artes e Monumentos sob tutela do Ministério das Obras Públicas, cuja função era fiscalizar e melhorar a conservação, reparação, inventariação e exposição dos Monumentos Históricos Nacionais. Para além da ação da DGBAM, surgiu uma associação, a Real Associação de Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, 1863, que tinha como objetivo ajudar na preservação dos Monumentos Portugueses, lutando contra a barbárie que se fazia sentir em Portugal no que toca à preservação dos Monumentos. (CHALANTE:2008,172). Essa ação levou à abertura do primeiro museu arqueológico nacional, Museu do Carmo, com vista à proteção das antiguidades nacionais. Foram ainda realizadas conferências sobre história da arte, sobre o estado dos Monumentos em Portugal, bem como a realização de um curso simples de arqueologia. (CHALANTE:2008,173). Estas ações e muitas outras levadas a cabo pela referida Associação contribuíram para um aumento de consciencialização no que toca à proteção do Património.

O relatório anteriormente referido, apresentado em 1876, demonstrou a dificuldade em definir o que era Monumento, uma vez que este integrava arquitetura, arqueologia e

¹⁴ «Documento que uma autoridade passa a favor de alguém, certificando, autorizando ou aprovando certos actos ou direito». Consultado em <http://www.priberam.pt/dlpo/alvar%C3%A1>, 8 de maio de 2015.

outros objetos artísticos. Todavia, a vontade de colocar os Monumentos portugueses num suporte estável fez com que a sua preservação se tornasse uma obrigação de Estado.

Esta vontade de tornar estável a classificação dos Monumentos em Portugal estava já patente no Alvará de D. João V, publicado em 1721 e republicado em 1802, pelo futuro rei de Portugal D. João VI. Esta republicação deveu-se à extinção da Real Academia de História, em 1780, onde as funções, anteriormente desenvolvidas pela mesma, foram assumidas pelo Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa. Acreditava-se que este Alvará fora o documento “fundador” da consideração do Monumento como elemento constituinte da nossa cultura.

Contudo, os violentos acontecimentos que marcaram o século XVIII em Portugal, nomeadamente o Terramoto de 1755, as Invasões Francesas 1807-1811 e a Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas, de 1832-1834, contribuíram para uma maior ligação entre os portugueses e os vestígios do passado. Passou a entender-se um Monumento como «todos os vestígios materiais resultantes da acção da passagem do tempo» (CUSTÓDIO:2010, 22).

Apesar do esforço para conservar os Monumentos em Portugal, esta manteve-se uma tarefa difícil. A ausência de leis que declarassem os Monumentos Nacionais como propriedade pública contribuiu para esse processo, surgindo assim no ano de 1858, a Inspeção dos Monumentos e Antiguidades¹⁵ pela mão do Bibliotecário Mor do Reino (José Silva Mendes Leal). O objetivo desta Inspeção era verificar o estado das artes em Portugal, vendo até que ponto a preservação e classificação era cumprida. Porém, a lista de inventário dos Monumentos Nacionais nunca foi concluída.

Em 1897, foi criado o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais que tinha como função classificar os Monumentos Nacionais e estudar todos os projetos de conservação e restauro que se encontrassem ativos no país. No entanto, em 1901, uma mudança no Ministério das Obras Públicas alterou o nome do Conselho, anteriormente referido, para Conselho dos Monumentos Nacionais, sendo que, a partir deste surgiram, no ano de 1907, os primeiros monumentos classificados de forma oficial. Um ano depois, contavam com mais de 400 classificações.

O século XIX foi marcado por uma constante luta na defesa do que era considerado como monumento através de condenações ao vandalismo e abandono. Infelizmente as ações não eram totalmente eficazes, uma vez que os textos publicados traduziam contrariedades, isto é, tanto se apostava no progresso, como se mantinha uma preferência pelo antigo, pelo dourado, acabando por adulterar o original dos monumentos. Para além

¹⁵ A Inspeção dos Monumentos e Antiguidades foi uma ação levada a cabo pelo Bibliotecário Mor do Reino, com o objetivo de listar os monumentos nacionais, tendo em vista a classificação e salvaguarda.

disso, muitas construções foram demolidas com o objetivo de criar praças ou alargar ruas ou, ainda, para servirem de pedreiras.

Apesar da vontade em zelar pelos monumentos nacionais, os responsáveis não possuíam ideias concretas, o que contribuiu para o seu abandono.

Com a implantação da I República, em 1910, surgiu o primeiro sistema coerente para a proteção, salvaguarda, conservação e transmissão dos Monumentos Portugueses. Durante um ano, apostou-se numa reforma legislativa que continuou nos anos seguintes. Nesse sentido foram publicados vários decretos com legislações específicas destacando-se a alteração dos serviços de Arqueologia e Arte para a tutela do Ministério da Instrução Pública.

Um ano após a implantação da República foi publicada a Lei de Separação do Estado das Igrejas, de 1911, prevendo a intervenção de entidades exteriores à Igreja Católica na proteção do património da mesma. Os bens eram colocados ao “serviço da nação”, Todavia, a legislação produzida destinou-se somente à proteção artística e inventariação de bens, objetos arqueológicos e monumentos.

O problema centrava-se no foro político, jurídico, educacional e cultural, uma vez que os mecanismos de proteção foram colocados em causa devido às falhas sentidas desde o período de afirmação do liberalismo, entre 1821 e 1834. O trabalho estava a cargo do Ministério de Instrução Pública e da Direção Geral das Belas Artes (DGBA) de forma a aglomerar os fragmentos das políticas monárquicas que não eram coerentes no que toca à preservação. Como tal, sem um bom funcionamento destes mecanismos a defesa e proteção dos Monumentos não se encontrava acautelada.

Nem tudo foi perfeito, faltou em Portugal um instrumento legal que equacionasse o que era um objeto artístico e o que era um monumento, que apresentasse orientações para o restauro, ou seja, algo que facilitasse a intervenção e o estudo do Património Nacional.

O caminho que estava a ser percorrido estagnou com a participação de Portugal na I Guerra Mundial que, embora tendo terminado no final de 1918, continuou com os seus efeitos negativos durante os anos que se seguiram. Em Portugal, como na maioria dos países que participaram na Grande Guerra, a situação económica demorou a regressar à normalidade, a fraca qualidade de vida das populações afetadas não permitia que estas se preocupassem com os aspetos tidos como mais banais da sociedade, como era o caso, na altura, da conservação dos monumentos.

Já com o Estado Novo instaurado, com a Constituição de 1933, a conservação, proteção e valorização dos Monumentos em Portugal, traduziu-se por uma atitude autoritária e protecionista por parte do Estado, sendo este o responsável pela proteção dos monumentos artísticos, históricos e naturais.

Um dos grandes marcos legislativos da proteção dos Monumentos Portugueses foi o Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932. O referido decreto destinava-se à «guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas, cabendo ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, a coordenação dos trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos e a guarda e conservação do património artístico e arqueológico do país.»¹⁶

Apesar disso, a legislação portuguesa sobre a matéria em estudo era dispersa e descoordenada. Faltava o rigor necessário ao bom funcionamento e aplicação da legislação.

A ausência de políticas e a insensibilidade foram características marcantes que não beneficiaram o setor, e por fim a inexistência de recursos económicos, afetos a esta área, contribuiu para que Portugal não se encontrasse posicionado na linha da frente no que toca à defesa dos seus Monumentos. Era necessária organização, a gestão dos Monumentos não poderia continuar com uma administração dispersa entre ministérios: o Ministério da Educação e o Ministério das Obras Públicas. Era importante seguir as linhas internacionais, nomeadamente as novas definições para aquilo que se considerava ou não como Monumento.

Com o aparecimento de novas concepções, também o conceito de Monumento se alterou para Património, tal como vinha acontecendo fora das fronteiras portuguesas. Com os passar do tempo, o Património em Portugal passou a albergar várias categorias de bens, ou seja, passou a ser entendido como «todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo» (PINTO:1996,207).

Juntamente com a nova definição surgiu em 1980 o Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Este Instituto foi, posteriormente, dividido em várias competências de acordo com a área patrimonial: museus, arquivos, património arquitetónico, entre outros. Do IPPC criou-se o Instituto Português dos Museus (IPM) e o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), mais tarde denominado por IPPA, sendo que o setor da Arqueologia se tornou autónomo, Instituto Português da Arqueologia (IPA).

Todos estes Institutos foram os responsáveis pela aplicação das leis relativas à proteção, conservação e salvaguarda do Património. Para além disso, emitiram pareceres, classificaram imóveis, estabeleceram áreas de proteção, tendo ainda a responsabilidade da gestão dos Monumentos Nacionais por obras de conservação e restauro.

¹⁶ Citação disponível em <http://dre.tretas.org/dre/69952/>, consultado em 12 de maio de 2015.

As medidas de proteção iam ao encontro dos conceitos e práticas que se faziam sentir no âmbito internacional, nomeadamente as que se destacavam na Convenção de Granada de 1985, denominada Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, destinada a promover ideais e princípios comuns a todo o Património Europeu.

No contexto nacional, para além do Decreto referido anteriormente, estas novas práticas fizeram sentir-se com a elaboração da Lei nº 13/85, conhecida como a Lei do Património Cultural Português, revista pela Lei 107/2001, onde são revistas as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.¹⁷

Segundo o Artigo 1º, a Lei 13/85 afirma que o património cultural português «é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo» (CLARO:1996,330).

A lei fora proposta pelo VIII Governo Constitucional¹⁸, cujo objetivo era a atualização dos critérios de classificação, definindo o papel do IPPC e o papel das associações de defesa do património. Todos os bens culturais deveriam ser assinalados. Porém, só seriam classificados os bens materiais, uma vez que os bens imateriais não eram considerados um objeto concreto de classificação.

Infelizmente, esta Lei deixou de fora elementos que ajudavam na classificação, como o valor testemunhal, a antiguidade, a raridade e a qualidade estética. A lei tornou-se obsoleta, pois as normas não eram exequíveis e não tinham pareceres favoráveis dos governos.

Apesar da importância que teve, a Lei 13/85 não tinha como função classificar os bens para efeitos jurídicos. Esta classificação era feita com base em diplomas que a precederam, nomeadamente a Lei n.º 2032, de 11 de junho de 1949, que se destinava a valores concelhios, e o Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932. Este problema foi resolvido com a regulamentação da Lei 107/2001, que ocorreu no ano de 2009.

Através da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o inventário do Património Arquitectónico tornou-se uma referência obrigatória em Portugal. Esta nova fase decorreu na normalidade até 2007, ano em que diversos serviços patrimoniais foram desmantelados. A DGEMN e o IPPAR foram extintos, bem como o IPA. Em nome da reforma da Administração Pública o património sofreu as piores alterações, uma vez que deixou de ser seguido por um só instrumento que focasse toda a atenção numa área de grande interesse para o desenvolvimento do país. É inegável que o Património Cultural, seja

¹⁷ Consultado em: <http://dre.tretas.org/dre/69952/>.

¹⁸ O VIII Governo Constitucional era um Governo do Partido Social Democrático (PSD), que tinha como Primeiro-ministro Pinto Balsemão.

em que país for, é um dos marcos mais importantes e que contribui para a atração de visitantes.

Para substituir os organismos supracitados foi criado o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) que não alcançou os efeitos desejados, acabando por ser desmantelado, o que contribuiu para um novo “abandono” na área patrimonial.

Atualmente cabe à DGPC a gestão do Património Cultural em Portugal. Responsável pelo estudo, investigação e divulgação do Património imóvel, móvel e imaterial, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico, bem como pela realização de obras de conservação nos grandes monumentos. Cabe-lhe, ainda, a elaboração de documentação oficial, bem como da inventariação do Património Português e da gestão da política museológica.

1.3. – O que fazer com o Património? Conservar vs Restaurar

«Los términos *conservación* y *restauración* se utilizan de modo tan sumamente dispar que unas veces son presentados como vocablos excluyentes y antagónicos, y otras casi como sinónimos» (VARAS: 2008,74).¹⁹

Conservação e restauro são dois dos conceitos de maior relevância na área do Património. É impossível não lhes fazer referência quando se estuda o tema. Todavia, é importante esclarecer que conservar monumentos não é o mesmo que restaurar, apesar de ambos serem muitas vezes utilizados como sinónimos.

Entende-se por conservação «...todo o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida duma dada edificação histórica.» (HENRIQUES:1991,2).

Dentro do conceito de conservação estabelece-se uma divisão entre conservação preventiva ou indireta e conservação direta. Ambas pretendem proteger e transmitir o edifício na sua integridade física, cultural e histórica.

A primeira tem como objetivo retardar ou impedir uma intervenção mais profunda e definitiva. Para tal, recorre ao estudo do objeto, com o recurso a inventários de bens culturais, seguindo-se uma análise ao edifício, verificando a história, os materiais e os fatores ambientais. Depois de reunidas todas as condições, inicia-se o processo de conservação.

¹⁹ Os termos conservação e restauro são utilizados de forma desigual, umas vezes são referenciados como palavras antónimas e outras como sinónimas.

Relativamente à conservação direta, só é utilizada quando as medidas da conservação preventiva não surtem os efeitos desejados. São aplicadas, sobre o edifício, técnicas e tratamentos próprios de forma a preservar a sua sobrevivência. Porém, este tipo de intervenção deve ser mínima e deve recorrer-se a especialistas para o efeito, como historiadores de arte, arquitetos, químicos, conservadores, arqueólogos, restauradores, entre outros.

Ao mesmo tempo que se afirmava como uma área de ação e disciplina científica, em pleno século XIX, o conceito de conservação começou a surgir em textos reflexivos e normativos. Contributos mais expressivos para o seu desenvolvimento surgiram em França e Inglaterra. (CHOAY:2010).

Em França, a conservação mereceu destaque. O caminho iniciou-se com a criação do Comité de Instrução Pública (1791-1795) e concluiu-se com a promulgação da primeira Lei sobre Monumentos Históricos, em 1887.²⁰ Uma das ações de maior destaque foi a criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos, com responsabilidade de classificar os monumentos e determinar quais tinham direito ao estatuto de Monumento Histórico. (CHOAY:2010,154).

Os monumentos eram conservados tendo em conta uma doutrina intervencionista que, focava a sua atenção em reconstruções totais ou parciais dos edifícios históricos. A escolha da reconstrução era estabelecida de acordo com aquilo que se julgava ser o monumento no seu estado original ou a época de maior relevo. Estas reformulações deram origem a edifícios que nunca existiram sobre determinada forma. A figura de destaque foi Viollet-le-Duc (1814-1879). (CHOAY:2010).

Por sua vez, em Inglaterra, em pleno século XIX, surgiu um modelo de conservação oposto ao que se praticava em França. Corporizado na figura de John Ruskin (1819-1900), este movimento conhecido como “Movimento Anti Restauro” ou “Doutrina da Não Intervenção” demonstrava que era impossível reconstruir um edifício na sua totalidade, uma vez que o significado original nunca poderia ser mantido num contexto histórico diferente, ou seja, o método desenvolvido por Ruskin era, acima de tudo, uma campanha contra qualquer tipo de intervenção em monumentos históricos. Ruskin chegava a preferir as ruínas dos edifícios ao seu restauro falso.

«As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência» (CHOAY: 2010,159).

²⁰ O Comité de Instrução Pública teve como objetivo elaborar um plano de organização do setor público francês. Consultado em <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=2395>, no dia 20 de maio de 2014.

Todavia, a partir do último quartel do século XIX, e graças aos avanços da Arqueologia e da História da Arte, a hegemonia de Viollet-le-Duc e de John Ruskin foi colocada em causa por um método mais moderado e mais informado. Surgiu, assim em Itália, pelas mãos de Camillo Boito (1836-1914) uma linha de compromisso entre as teorias anteriormente referidas. Boito deveu a Ruskin a conceção de conservação sobre a noção de autenticidade, ou seja, não se deve apenas preservar o antigo, mas também os acrescentos efetuados em épocas mais recentes, e a Viollet-le-Duc, a prioridade do presente sobre o passado e a validade do restauro, isto é, o mesmo só deve ser praticado quando os outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação e reparação) falhem.

Boito propõe um compromisso que consistiu numa «abordagem baseada simultaneamente nos aspectos históricos e estéticos do objecto, destinada a restabelecer a unidade da obra de arte sem que sejam cometidas quaisquer falsificações artísticas ou históricas.» (HENRIQUES:1991,6).

Segundo Boito, o monumento deve ser preservado tendo em conta o seu passado e a sua importância para o presente.

O confronto entre conservação e restauro no século XIX apresentava-se como enganador, uma vez que nenhum dos conceitos era aplicado na sua totalidade. Se por um lado se acreditava que a conservação dizia somente respeito à manutenção do espaço e ao seu uso, o restauro opunha-se na totalidade, uma vez que qualquer grau de degradação em monumentos implicava uma reconstrução do mesmo, tendo em conta o se pensava ser o desenho primitivo

Com esta controvérsia, a consciência sobre a importância dos Monumentos aumentou, dando origem a numerosos debates sobre o que fazer perante um edifício em degradação. Era necessário elaborar documentos que estabelecessem linhas orientadoras e que pudessem ser seguidos em diversos países. Muitos destes documentos foram elaborados pela UNESCO. Contudo, é importante frisar que cada país, pelo seu contexto cultural, deveria ser responsável pela elaboração de decretos e leis que visassem a proteção do seu Património. Estes documentos deveriam seguir um código ético próprio à conservação do património histórico, que serviria de baliza aos meios e técnicas a utilizar. Conservar «deve constituir um todo e não ser apenas o somatório das várias intervenções pontuais que a constituam» (HENRIQUES:1991, 16).

É incorreto conservar isoladamente, ou seja, deve proceder-se a uma análise global da estrutura a tratar, de forma a conhecer a história integral do edifício antes de avançar com as ações de conservação. Para que nada falhe, todos os pormenores da intervenção

devem ser descritos num relatório, acompanhado por fotografias que permitiam compreender todas as decisões tomadas.²¹

Se tal não for possível, isto é, se conservar não for suficiente para manter o monumento é necessário passar para uma nova etapa, a do restauro, que se entende como um «conjunto de operações destinadas a restabelecer a unidade da edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais, ou relativa a uma dada época ou conjunto de épocas.» (HENRIQUES:1991,3).

À medida que foi evoluindo o conceito de restauro, houve uma necessidade de apostar em formações que preparassem os restauradores para o trabalho em edifícios históricos. Apostou-se numa formação de raiz na área da Arquitetura, da História, da História da Arte e no conhecimento de técnicas e composição dos materiais. Foi através de sucessivas formações que o restauro se tornou uma disciplina autónoma, uma vez que «a obra de arte condiciona o restauro e não o oposto» (BRANDI:2006,3).

Tal como o conceito de conservação, também o conceito de restauro se divide em dois: restauro preventivo, que consiste numa mera salvaguarda e numa constante vigilância preventiva e, o restauro efetivo, que consiste na manutenção ou, na grande maioria dos casos, na reconstituição das características originais do edifício.

A intervenção no restauro preventivo deve ter em consideração o tipo de matéria da obra de arte ou do monumento a conservar. Para além disso, impede a última etapa, a do restauro efetivo.

Para avançar para o restauro efetivo ou definitivo é necessário seguir determinadas diretrizes. A primeira diz respeito à verificação das condições necessárias à fruição da obra; em segundo lugar deve prestar-se atenção às matérias que compõe a obra em estudo e, por fim, as condições ambientais que envolvam o monumento, de forma a não tornarem o restauro precário.

O meu objeto de estudo, o Convento de São Miguel de Gaeiras, é um ótimo exemplo da aplicação de um restauro efetivo. Como será referido mais à frente, o Convento aquando da compra pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, atual proprietária do espaço, encontrava-se em profundo estado de degradação e, como tal, necessitava de uma intervenção urgente. O avançado estado de degradação levou a que o restauro efetuado no local fosse bastante profundo. Todavia, a traça original foi respeitada, mantendo-se até aos dias de hoje.

²¹ Ver: *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)* da autoria de Maria Helena Maia e *Património e Restauro (1920-1995)* da autoria de Miguel Tomé.

Importa referir que cada Monumento é único, e que as medidas adotadas não devem ser iguais em todos os casos. É necessário desenvolver um estudo profundo do monumento/objeto a restaurar antes de avançar para a sua concretização.

Tal como aconteceu em relação à conservação, também o conceito de restauro se foi completando com a elaboração de normas técnicas e jurídicas que balizassem o tipo de intervenções a realizar. Essas normas encontram-se na Carta de Restauro de 1972, elaborada pelo Ministério da Instrução Pública de Itália. Muitas outras se seguiram, mas o foco mantém-se o mesmo.

A Carta de Restauro previu no art.º 1.º que:

«Todas as obras de arte de qualquer época, na acepção mais vasta, que vai dos monumentos arquitectónicos às de pintura e escultura, mesmo se em fragmentos, e dos achados paleolíticos às expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea, pertencentes a qualquer pessoa ou instituição, para os fins da sua salvaguarda e restauro, são objecto das presentes normas, que levam o nome de *Carta de Restauro 1972*.» (BRANDI:2006,158/159).

A juntar a algumas definições, a Carta de Restauro, refere, por exemplo, no art.º 6.º todas as proibições de conservação e restauro a efetuar, nomeadamente, complementos de estilo, remoções, demolições ou reconstruções. A contrastar, no art.º 7.º encontram-se as autorizações, como por exemplo, junção ou reintegração de peças históricas e limpezas preventivas.

A Carta de Restauro foi um documento importante para estabelecer bases orientadoras para as ações de conservação e restauro em todo o mundo. Portugal não foi exceção, e apesar de possuir legislações específicas, a base orientadora foi a referida Carta.

1.4. – Conservação e Restauro do Património Cultural em Portugal

Em Portugal, a conservação do Património tem merecido grande destaque nos últimos anos. À semelhança do que acontece no panorama internacional, assiste-se a um aumento da consciencialização no que toca à preservação dos bens culturais. As intervenções de restauro no país traduzem-se no aparecimento de novos problemas que se centram na formação dos conservadores, bem como nas técnicas e materiais a usar.

Com a vitória do Liberalismo em Portugal desencadearam-se as primeiras ações de conservação dos Monumentos Nacionais. Contudo, a instabilidade do regime e a dispersão de competências levou a que as medidas tomadas não surtiram o efeito desejado.

Uma das primeiras medidas coube ao Ministério das Obras Públicas, com a Portaria de 24 de outubro de 1880, que encarregou a Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses de elaborar um relatório sobre os monumentos que deveriam ser classificados como Monumentos Nacionais.²² Publicado em 1881, no *Diário do Governo*, o Relatório definiu o conceito de Monumento Nacional uma vez que o país foi um «local de passagem e fixação de povos das mais variadas origens» (CUSTÓDIO:2010,67). Paralelamente foi realizado o primeiro inventário e classificação dos Monumentos Nacionais que se manteve atual até 1904.

Em 1901, a elaboração da Lei de Bases²³ para a classificação de monumentos trouxe uma mudança. Estabeleceram-se critérios concretos para identificar e catalogar os Monumentos Nacionais, criando-se decretos destinados à defesa dos mesmos. Surgiu o primeiro catálogo dos monumentos classificados.

Estas ações foram colmatadas com obras de alguns dos maiores teóricos oitocentistas de conservação em Portugal, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Com formações e experiências internacionais, foram os primeiros a elaborar relatórios sobre o estado de Conservação dos Monumentos Portugueses.

Outra figura de grande relevo foi a de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque. Deve-se-lhe o trabalho de restauro realizado no Mosteiro da Batalha, que evitou a ruína total do edifício, bem como outros trabalhos por todo o país. A sua figura foi determinante na mudança de conceção que se tinha perante a conservação e o restauro em Portugal, isto porque Mouzinho defendia que o Restauro só devia ser concretizado em casos indispensáveis dando-se preferência às intervenções preventivas. Este não era criticado por ser feito, mas sim pela forma de como era feito.

Como tal, o trabalho no Mosteiro da Batalha foi um exemplo em Portugal. A obra que adveio, *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, tornou-se um documento de grande importância para o restauro em Portugal, para além da descrição de todas as fases do trabalho no Mosteiro, o autor refere ainda que a vontade de corrigir deve ser evitada, uma vez que o restauro é uma cópia o mais fiel possível do monumento.

²² A Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses foi criada em 1863 pela figura de Joaquim Possidónio da Silva, como a primeira associação de defesa do Património em Portugal. Atualmente é designada por Associação de Arqueólogos Portugueses (AAP).

²³ Uma Lei de Bases é uma Lei que define as linhas orientadoras de uma política em determinado setor de atividade. Necessita de legislação complementar. A Lei de Bases de 1901 definiu de forma geral as regras de Classificação dos Monumentos Nacionais.

«Situação semelhante será vivida por uma parte considerável dos conventos após 1834, que verão as suas igrejas serem conservadas no domínio público e as instalações conventuais requisitadas para os mais diversos fins» (MAIA:2007,49).

O restauro do Mosteiro supra citado era um exemplo a seguir, mas o esforço nunca foi repetido uma vez que as intervenções realizadas eram feitas sem qualquer consideração prévia.

A evolução continuou através de sucessivos impasses, merecendo especial destaque a época do Estado Novo. A recuperação dos valores históricos-ideológicos e os critérios de intervenção no Património eram a imagem de marca do Regime. Em lugar de conservar, os bens culturais eram restaurados tendo em conta o que se afirmava ser o seu estado primitivo.

Além disso, o restauro só avançava se os monumentos arquitetónicos fossem exemplo da História da Nação, ou seja, todos os monumentos alvo de intervenção deveriam ser testemunhos do triunfo do povo português. Era essencial que o Património Português transmitisse uma imagem de perfeita harmonia entre o passado e o presente. Porém, foi apenas no final da II Guerra Mundial, com o aumento do número de verbas, que o restauro do Património Nacional cresceu em grande escala.

Durante o período de vigência do Estado Novo (1933-1974), Portugal vivia sobre repressão, o que não permitiu o desenvolvimento de ações de defesa dos monumentos portugueses, a não ser que fossem de iniciativa do Governo. Com o fim do Regime em 1974, o país mergulhou na liberdade, o que permitiu uma maior participação dos cidadãos na vida política, cultural e social.

Na década de 70 do século XX acentuaram-se alguns pressupostos no que toca ao Restauro. Por um lado foi notória uma maior liberdade na recriação, tendo em conta as referências anteriores, por outro existiram tentativas de regressar à metodologia desenvolvida por Mouzinho de Albuquerque, ou seja, numa busca pelo original. A aceitação destas duas vertentes demonstrou a ausência de uma teorização objetiva.

O número de críticas face às medidas adotadas aumentou, notando-se uma busca pelo rigor que marcou o futuro da geração seguinte.

A prática de restauro, recuperação do estado primitivo do edifício, que vinha sendo realizada foi abandonada pela Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) em favor de uma valorização dos diferentes elementos construtivos; o restauro tornou-se mais subtil. Esta nova forma de restaurar deu origem a diversas teorias onde o essencial era uma busca pela relação entre o que é novo e o que é documento histórico, antigo, procurando uma unidade central do restauro e conservação. Esta nova fase permitiu a fundação de uma Organização Não Governamental (ONG) ligada à UNESCO – o Conselho Internacional dos

Monumentos e Sítios – ICOMOS²⁴. Esta comissão permitia uma ligação entre a teoria e prática da conservação.

Portugal integrou a Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS após 1974, ano em que findou a Ditadura a que esteve sujeito mais de quarenta anos.

Estava, novamente, na altura de Portugal ficar a par das tendências internacionais ao nível da conservação e do restauro. Não mais poderia fechar-se sobre si próprio e ignorar as práticas que se faziam sentir nos restantes países do mundo.

«Hoje as sociedades avançadas percebem, aceitam e estão conscientes da necessidade de conservar, mais do que restaurar, restaurar, mais do que reabilitar, e de reabilitar sempre mais do que renovar substituindo» (CUSTÓDIO:2010,233).

O restauro do Património Português encontra-se, inevitavelmente, associado à formação e à cultura dos restauradores. A grande maioria dos profissionais da área formara-se no estrangeiro e, como tal as correntes internacionais tiveram uma forte influência nas ações de conservação e de restauro que se efetuaram nos Monumentos Portugueses. Era importante que se fizesse uma avaliação do estado dos Monumentos e se procedesse à conservação ou ao restauro dos mesmos.

O Património é um marco fundamental da cultura de um país desenvolvido, de tal forma que a conservação deve prevalecer sobre o restauro.

²⁴ O Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, denominado em inglês *International Council of Monuments and Sites* é uma associação não governamental associada à ONU. Fundada um ano depois da redação da *Carta de Veneza, 1965*, propõe os bens que receberam o título de Património Cultural da Humanidade. Consultado em: <http://www.icomos.pt/>, no dia 23 de maio de 2015.

Capítulo 2 – Uma História, um espaço, um convento – São Miguel de Gaeiras

«De “Caeiras” a Gaeiras, o passar dos anos... A construção de uma história que perde de vista a sua origem, com o passar do tempo pelas brancas paredes caiadas. Conhecida por nobres desde que era apenas um aglomerado de casas singelas e puramente brancas, visitada por figuras de destaque da sociedade portuguesa e habitada por gente não menos importante desde o lavrador mais humilde ao senhor mais rico.» (ROSENDO:1995,3).

O Convento de São Miguel de Gaeiras, estrutura conventual datada de 1602, situa-se no concelho de Óbidos, freguesia de Gaeiras. O nome dado ao local pode ter duas origens. Uma primeira, lendária e uma segunda, etimológica. Segundo diz a lenda, as Gaeiras, foram descobertas aquando de uma visita da Rainha D. Leonor²⁵ à sua Quinta das Flores, posteriormente integrada na Quinta das Janelas, anterior propriedade da Família Gama, desde 1870 aproximadamente.

Nesta visita, a Rainha observou as “caeirias”, moradoras da freguesia a cair as suas casas e poderá ter dado origem à atual denominação de Gaeiras. A segunda hipótese deve-se à abundância de gaios²⁶ na zona, que com o passar dos séculos pode ter dado origem a Gaeiras. (ROSENDO:1995)

3.1 – 1.^a Fase (1602 – 1834)

O Convento de São Miguel de Gaeiras não foi inicialmente construído na Freguesia das Gaeiras, mas sim em uma outra zona do concelho de Óbidos, mais concretamente na localidade de Trás-do-Outeiro, atual freguesia de Santa Maria de Óbidos.

Inicialmente, denominado como Convento de S. Miguel de Trás-do-Outeiro, o primeiro edifício foi construído a pedido do Cardeal Infante D. Henrique (1512-1580), em 1569. Era

25 A Rainha referida é D. Leonor de Avis (1458-1525), Rainha de Portugal por casamento com o seu primo o Rei D. João II.

26 «Nome comum a diversas aves da família dos corvídeos, de penas castanho-claras, salpicadas de azul, branco e preto, comumente encontradas nos bosques. (Compr: 35 cm.) Os gaios são menores que as gralhas e têm geralmente a plumagem mais colorida» Consultado em <http://www.dicio.com.br/gaio/>, no dia 30 de junho de 2015.

um edifício «muito pobre e apertado» (PIEDADE:1728-1737,459), mas o Infante D. Henrique tudo fez para que nada faltasse ao primeiro edifício «O Sereníssimo Infante D. Henrique, Cardeal e legado a *latere* neste Reino, por morte do Infante D. Luís seu irmão, em tudo que pôde procurou acrescentar esta Província» (ANON, citado em Memórias: 1985,80)

No início do século XVII, os frades franciscanos decidiram abandonar o edifício em Trás-do-Outeiro, devido a constantes queixas sobre os ares e as pragas de mosquitos que afetavam a zona. Por ser muito nocivo à saúde, resolveram os capitulares que se transferisse, sendo menos penoso aos moradores²⁷.



Figura 1: Convento de S. Miguel em Trás-do-Outeiro @ OesteCim

A razão acima mencionada levou então ao abandono do primeiro edifício e à construção de um novo na localidade de Gaeiras. Com a presença do Provincial Frei Rodrigo de Deus, foi lançado no dia 20 de outubro de 1602 a primeira pedra do novo Convento de São Miguel, dedicado ao Arcanjo S. Miguel.

«Este era da Ordem dos Franciscanos talvez o convento mais bonito que tinham. A casa não é grande, porém boa; bela cerca de mata de anosos paus de diferentes qualidades, ...; a água, a melhor que se encontra por estes sítios; e o local, sadio e bem arejado...» (MEMÓRIAS:1985,82).

²⁷ «por ser muito nocivo a saúde, resolveram os capitulares que se transferisse, e menos penoso aos moradores» (PIEDADE:1728-1737,836).



Figura 2: Convento de São Miguel de Gaeiras @ foto de autor

Os primeiros padroeiros do Convento de São Miguel de Gaeiras foram D. Dinis de Lencastre, alcaide-mor de Óbidos e Comendador da Ordem de Cristo e a sua mulher, D. Isabel Henriques, que através de terrenos adquiridos ao Hospital Real das Caldas da Rainha permitiram a construção desta nova estrutura conventual.²⁸ Inicialmente, a capacidade seria para 13 frades, ficando o encargo entregue a Frei Anselmo, frade leigo²⁹.

Com a ajuda da população de Óbidos, o Convento foi construído ativamente através de esmolas e de todo o tipo de materiais e mão de obra.

Após a morte dos seus primeiros padroeiros, em 1606, o padroado do Convento foi entregue, por herança, aos Condes de Óbidos até 1719, ano da morte do último Conde e, consecutiva extinção do título.³⁰ O padroado passou para a posse do Marquês de Gouveia.³¹

²⁸ O Hospital Real das Caldas da Rainha é atualmente o Centro Hospitalar de Caldas da Rainha, mais conhecido como o Hospital Termal.

²⁹ Por frade leigo entende-se um religioso que não possui todos os conhecimentos dentro de uma instituição religiosa e como tal deve obedecer a uma hierarquia pré-estabelecida.

³⁰ Conde de Óbidos foi um título nobiliárquico, criado em 1636 pelo Rei Filipe II de Portugal a favor de D. Vasco de Mascarenhas, vice-rei da Índia e do Brasil.

³¹ Em Portugal existiram duas casas com a denominação Marquesados de Gouveira. Contudo, o Marquês de Gouveia referido é o da primeira geração, criado por ordem do Rei Filipe III de Portugal, IV de Espanha.

O padroado do Convento de São Miguel de Gaeiras foi sempre de origem particular, o que significava uma renda permanente que permitia a manutenção do edifício. Além do padroado, as restantes fontes de receita provinham de esmolas, doações e prestações de serviços por parte dos frades de S. Miguel.

Após a sua fundação foi alvo de diversas obras, merecendo especial destaque as do reinado de D. João V (1706-1750), que permitiram uma reformulação da capela-mor com novo retábulo em talha dourada.

Em termos arquitetónicos, o Convento corresponde a uma tipologia característica das construções franciscanas, ou seja, é um convento com Igreja em anexo, encerrado num claustro com divisões de apoio às atividades agrícolas.³² O espaço era vedado por uma cerca murada, jardins e um circuito de abastecimento de água.

No que diz respeito à análise formal, o exterior do edifício de planta longitudinal caracteriza-se por linhas simples e retas, uma fachada elementar e pouco ornamentada.



Figura 3: Fachada do Convento de São Miguel posterior a 1955 @ António Ribeiro

No corpo do monumento, voltada a sul, a Igreja, dedicada ao Arcanjo S. Miguel, de planta retangular, apresenta uma galilé, ou seja, uma abertura na fachada que assenta em duas colunas toscanas, que terminam em fogaréus, formando um alpendre. A ladear o portal

³² As construções franciscanas iam de encontro à vivência da Ordem. Caracterizavam-se pela penitência, pelo contacto com o exterior, vivendo em oração. Os franciscanos eram totalmente despojados em relação aos bens materiais, daí as suas construções modestas e despojada de adornos.

surgem dois nichos de azulejos figurados, de um lado a figura de S. João Baptista e do outro, uma alegoria aos frades capuchos.³³ (Anexo I – Figura 1).

A fachada da Igreja possui um janelão de coro flanqueado por duas representações em painéis de azulejo das figuras de S. Roque e S. Barnabé³⁴. A rematar a fachada um nicho decorado com a escultura do Arcanjo de S. Miguel.



Figura 4: Pormenor da fachada do Convento de São Miguel de Gaeiras @ foto de autor

³³ Representação de um monge mendicante com cadeado na boca, olhos tapados e fechadura no coração.

³⁴ Segundo www.monumentos.pt

No interior, a Igreja de nave única com tribuna comunica com a capela-mor através de um arco triunfal.



Figura 5: Interior da Igreja de São Miguel após o restauro @ foto OesteCim

A cobertura da nave assenta numa abóbada caiada, com paramentos revestidos por azulejos azuis e brancos com representações bíblicas e hagiográficas. O arco triunfal, responsável pela comunicação entre a nave e a capela-mor, é encimado por o brasão de um dos padroeiros do Convento. (Anexo I – Figura 2). No que diz respeito à capela-mor, é coroada por uma abóbada de berço com medalhão ao centro. Nos altares laterais encontram-se dois retábulos em talha seiscentista e duas telas de André Reinoso, que representam O Milagre da Porciúncula e a Deposição de Cristo no Túmulo. (Anexo I – Figura 3). No altar-mor evidencia-se um retábulo em talha dourada e policromada do período joanino e uma tela, também de André Reinoso, que representa São Miguel o Arcanjo. As paredes da Igreja encontram-se revestidas a azulejos, que datam do século XVII e XVIII, com temáticas religiosas e profanas (Anexo I – Figura 4).

No exterior, junto à galilé, do lado esquerdo da fachada, encontra-se a portaria composta por dois vãos profundos, um deles com a representação em terracota da Morte de S. Francisco. (Anexo I – Figura 5).

O Convento é composto por pequenos espaços destinados aos dormitórios, celas, e salas de leituras ou de outras atividades dos frades, na ala norte. Na ala nascente, as duas

sacristias, de épocas diferentes, encontram-se divididas por um corredor caiado de branco. A sacristia maior, coberta com abóbada de berço, possui um retábulo em terracota de planta reta com três edículas³⁵ em arco de volta perfeita, destacando-se a central, de maiores dimensões e de decoração vegetalista, com a representação de Cristo Crucificado.



Figura 6: Retábulo da Sacristia Maior em terracota @ foto OesteCim

A sacristia menor, coberta com abóbada de berço, possui um retábulo em estuque de planta reta e três nichos, destacando-se o central, de maiores dimensões coroado pelas armas franciscanas.³⁶

³⁵ O termo edícula possui diversos significados porém, no presente contexto significa «nicho para colocar imagem de santo; oratório;» Consultado em <http://www.dicionarioinformal.com.br/ed%C3%ADcula/>, no dia 30 de junho de 2015.

³⁶ As armas franciscanas são normalmente representadas por dois braços cruzados que seguram as folhas de palma e uma cruz.



Figura 7: Retábulo da Sacristia Menor em estuque @ foto OesteCim

O claustro é dotado pelos princípios da pobreza e austeridade que caracterizavam a ordem. É um espaço quadrangular, de andar único, com galeria aberta através de fortes pilares de pedra aparelhada, que sustentam a cobertura em abóbada de berço. O pavimento é coberto por campas rasas. (Anexo I – Figura 6).

No exterior do edifício, junto à cerca murada, não pode deixar de se referir a Casa dos Frescos, de planta longitudinal, que possui uma cobertura em abóbada de berço decorada com monogramas da Ordem Franciscana. A cobrir as paredes interiores encontram-se azulejos de meia altura. (Anexo I – Figura 7).

Como se pode verificar ao longo da descrição efetuada ao edifício, o Convento de São Miguel de Gaeiras foi um típico convento de frades franciscanos, dado à sua simplicidade tanto no exterior como no interior.

Os frades que habitaram no local até 1834, ano em que as Ordens Religiosas em Portugal foram extintas a pedido de D. Pedro IV, tinham como característica principal um voto à pobreza, vivendo em clausura nos seus espaços religiosos.

Deste período (1602-1834) sabe-se que os frades de S. Miguel prestavam ajuda à população mais desfavorecida e realizavam serviços religiosos em outras igrejas de Óbidos.

«Eram várias as cerimónias que os pregadores de S. Miguel das Gaeiras oficiavam, as dedicadas à Salvação das Almas, às Cinzas, aos Inimigos, aos Passos, à Samaritana, à

Vinha, aos Conselhos, a S. Lázaro, aos Descimento da Cruz e às Lágrimas. Por todas elas a Comunidade do Convento recebia uma quantidade em dinheiro.» (ABREU:2002,22).

Paralelamente realizavam os seus afazeres no interior do Convento, dividindo o seu dia entre as orações obrigatórias, o cuidado do jardim e a celebração de missas internas, bem como a realização de algumas festividades, como era o caso da Festa de Nossa Senhora de Monserrate; a Festa de Santa Rosa; a Festa de S. Francisco; a Festa do dia de S. João e a Procissão Penitencial da Ordem. (ABREU:2002,23).

A sua importância na zona à época é reconhecida por visitas de alguns membros da família real, quando estes se deslocavam a Óbidos, bem como pelo desejo manifestado por algumas famílias da região de fazerem no Convento o lugar para a sua última morada, como foi o caso dos Condes de Óbidos. (AAVV:2012,17).

É, ainda, muitas vezes referido que neste Convento se encontram as entranhas do Infante D. Francisco, irmão do Rei D. João V, que morreu de uma indigestão de marisco. Os seus restos mortais foram depositados num pote em cerâmica e enterrados num das campas rasas do claustro. (Anexo I – Figura 8). (AAVV: 2012,17).

Com a extinção das ordens religiosas, o Convento de São Miguel viu a sua função religiosa terminar em 1834. Os bens foram colocados ao serviço da nação e o edifício foi colocado à venda em hasta pública, sendo comprado após 1870 pela família Gama, ainda com algum do seu recheio.

3.2 – 2ª Fase (pós 1870 – pós 1955)

A família Gama era proprietária da Quinta das Janelas, em Gaeiras, situada em Vale das Flores, a poucos metros do Convento. A construção é dos princípios do século XVII e agrega a antiga Quinta das Flores, propriedade da Rainha D. Leonor, que nela pernoitava quando visitava a cidade de Caldas da Rainha.

Uma das características mais importantes desta Quinta é a presença, nos seus terrenos, de uma fonte nascente de águas minerais, semelhantes às de Caldas da Rainha.

«Na Quinta das Gaeiras, também conhecida por Quinta das Janelas e Casal Mosqueiro, brota uma nascente de água minero-medicinal, que depois é encanada para um tanque ou piscina coberto de abóbada onde cabem 12 pessoas» (LOPES;1892, citado em AAVV:2012,90).

Foi com a compra desta Quinta, por volta de 1870, que o senhor Faustino da Gama pensou em adquirir o Convento de São Miguel de Gaeiras, porque aquando da compra deste terreno, o edifício não vinha incluído.

Com o objetivo expandir o seu património e aumentar a sua fortuna, Faustino da Gama decidiu comprar diversos terrenos à volta da Quinta das Janelas para ai poder desenvolver as suas atividades comerciais, de onde se começava a destacar a tauromaquia.

Segundo a entrevista realizada a Helena Gama, descendente dos primeiros proprietários do espaço, o Convento de São Miguel foi propriedade da família durante várias gerações.

Por não ter filhos, o senhor Faustino da Gama, deixou tudo em herança ao seu único sobrinho Luís Xavier da Gama, que por volta de 1955 fez obras para habitar a Quinta das Janelas e reformular o Convento, mas nunca com o objetivo de nele habitar. Grande parte do edifício foi utilizado para arrumos ou como cavalariças.

A Igreja de São Miguel era o único espaço que permanecia com a sua função inicial, isto é, celebrações religiosas, abertas a toda a população. Segundo o testemunho de Manuel Rodrigues, filho do feitor da família Gama, era tradição as mulheres das Gaeiras rumarem à Igreja e a engalanarem para que esta pudesse receber as procissões e as missas de maior destaque, no Natal e no Ano Novo.

Para além das celebrações referidas, o senhor Adrianito, antigo trabalhador da família, referiu que na Igreja chegaram a ser celebrados casamentos de alguns membros dos Gama, mas infelizmente não consegue precisar o nome dos mesmos.

O Convento continuou sem uma utilização precisa, e os filhos de Luís Xavier nunca mostraram grande interesse pelo espaço, que continuava a ser utilizado como sempre tinha sido.

A família Gama tinha tudo para prosperar. Contudo, com a morte precoce de um dos filhos de Luís Xavier da Gama, Faustino Luz da Gama, reconhecido pelo seu trabalho na área tauromáquica, «Faustino da Gama tinha praticamente o monopólio desse comércio.» (AAVV:2012,27), Luís Xavier da Gama entrou em profundo desgosto e afastou-se dos negócios de família e consecutivamente do Convento de São Miguel.

Após o abandono dos projetos pretendidos, o Convento ficou à guarda de um casal de idosos que teria como função guardar o local, mas a avançada idade não impediu o roubo e o início da destruição do espaço.

Sabe-se, segundo populares da zona de Gaeiras, que durante o tempo em que o edifício permaneceu na propriedade da família, que alguns objetos do seu recheio foram vendidos pelos mesmos. A ser verdade, o espólio dos frades franciscanos não desapareceu, somente, em roubos, mas foi também vendido pela família Gama.

A decisão de venda do edifício à Câmara Municipal de Óbidos partiu de conversas entre os Gama e o presidente à época, José António Pereira Júnior, que pretendia utilizar aquele espaço em benefício dos habitantes mais idosos do concelho de Óbidos.³⁷

Corria o ano de 1984 quando o Convento de São Miguel se tornou propriedade camarária, deixando para trás mais de seis gerações de pertença à família Gama.

3.3. – 3ª Fase (1984 – 1994)

Como foi referido no ponto anterior, em 1984, o Presidente José António Pereira Júnior, conhecido somente como Pereira Júnior tinha sido o responsável pela aquisição de um dos edifícios mais reconhecidos da Ordem Franciscana. (MEMÓRIAS:1985,82).

Aquando da compra do edifício era pretendido pela Câmara instalar no local o lar de idosos de Óbidos e um centro de dia, uma vez que o edifício onde se achavam primeiramente se encontrava em estado de degradação, não garantindo as condições de segurança necessárias ao bem-estar dos utentes.

Para que tal obra avançasse era necessário proceder à limpeza do Monumento e à conservação do edifício, uma vez que nos anos que teve sem utilização, pós 1955 e anterior 1984, se foi degradando devido a assaltos e vandalizações ocorridas. Segundo vozes da terra, era comum deslocarem-se ao Convento indivíduos atraídos pela curiosidade de como seria o seu interior. Contudo, algumas destas visitas acabaram com roubo de peças ou destruição do património.

Antes de avançar com a sua recuperação a CMO procedeu ao processo de classificação do Convento de São Miguel como Monumento, que terá ocorrido entre os anos de 1984 e 1985.

Infelizmente não foi possível ter acesso à data concreta, nem ao documento oficial do processo de classificação, mas foi conseguido uma cópia de uma carta (Anexo II – Figura 1) enviada por parte da Câmara Municipal de Óbidos ao Presidente do Instituto Português do Património Cultural, à época (1984) Maria Natália Brito da Silva Correia Guedes, onde são referidos os elementos necessários ao avanço do processo de classificação.³⁸,

Paralelamente ao processo de classificação, a CMO foi desenvolvendo ações junto da Direção Geral do Equipamento Regional e Urbano para obter o financiamento necessário

³⁷ O mandato do Presidente António Pereira Júnior durou 21 anos (1980-2001).

³⁸ Consultado

em:

<http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptlpopup.asp?sspageid=114&artigoID=1340&lang=>,
no dia 29 de agosto de 2015.

para as obras destinadas ao Convento. Todavia, era impossível por parte da referida Direção financiar diretamente a Câmara, o que levou à criação de uma comissão que seria responsável por todo o processo.

A referida comissão, denominada Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras foi criada em 1984 (Anexo II – Figura 2), e publicada em decreto-lei de janeiro de 1985, iniciando assim a sua atividade no que toca à conservação do edifício.³⁹ «A associação tem por finalidade a restauração do Convento de S. Miguel de Gaeiras.»⁴⁰

Para que tal pudesse acontecer o mais breve possível era necessário que a CMO cedesse os direitos de superfície do edifício do Convento de São Miguel de Gaeiras. Como tal uma das primeiras ações desta Comissão foi dar início a um processo que permitisse que o edifício fosse por si explorado. (Anexo II – Figura 3).

Através de uma autorização da Assembleia Municipal (Anexo II – Figura 4), a CMO cedeu o direito do Convento à referida Comissão durante 50 anos prorrogáveis, com duas condições fundamentais: restaurar o espaço e não o vender durante esse período.⁴¹

Infelizmente o projeto não chegou a avançar e o Convento de São Miguel de Gaeiras nunca recebeu as obras de reparação prometidas.

Em 1986 eram referenciados novos atos de vandalismo e roubo de peças que ainda existiam no interior do edifício.

³⁹ Consultado em: <https://dre.pt/application/file/7242984> no dia 29 de agosto de 2015

⁴⁰ Diário da República III Série, Número 3 de 8 de janeiro de 1985, Comissão de Melhoramento do Convento de S. Miguel de Gaeiras, Artigo 2º, pp.174. Consultado em : <https://dre.pt/application/file/7242984> no dia 29 de agosto.

⁴¹ OLIVEIRA, Ângela Maria dos Reis de (2009), *20 Anos de Vandalismo Patrimonial - Convento de São Miguel das Gaeiras*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta.



Figura 8: Igreja de São Miguel entre 1984-1994 @ Ângela Oliveira



Figura 9: Sacristia Menor entre 1984-1994 @ Ângela Oliveira

Para evitar o agravamento da situação, a Câmara Municipal de Óbidos, em 1990, optou por colocar um novo telhado, sobre a capela-mor, para evitar as infiltrações e vedar todos os acessos ao interior do edifício.



Figura 10: Fachada principal vedada pela Câmara Municipal de Óbidos @ Ângela Oliveira

No ano seguinte, 1991, a Câmara Municipal de Óbidos perante a impossibilidade de realizar as obras e o projeto previsto para o Convento pensou em ceder o edifício a antiga Associação de Municípios do Oeste, para que esta pudesse restaurar, definitivamente, o local. Este processo prolongou-se durante três anos, acabando a venda por se concretizar em 1994.

Durante os anos referidos, o Convento foi alvo constante de roubos de esculturas e dos painéis de azulejo da Igreja. Segundo o trabalho de Ângela Oliveira, a CMO e a anterior AMO apresentaram queixa à Guarda Nacional Republicana de Caldas da Rainha. Esta denúncia permitiu a recuperação, por parte da Polícia Judiciária, de alguns azulejos, que se encontravam na cidade de Coimbra. Segundo a autora referida, em 1999, alguns encontravam-se em depósito, nas instalações da GNR das Caldas da Rainha. Diz-se que ainda decorre um processo de investigação sobre este caso, mas até à conclusão do

presente trabalho não foi possível confirmar a veracidade do facto, por estar em segredo de justiça.

Apesar da venda, é reconhecido por parte da CMO o interessante e vasto valor arquitetural e histórico que o Convento possui. Segundo a entrevista realizada a José Parreira, mandatado pela CMO, a história dos frades franciscanos encontra-se intimamente ligado ao concelho de Óbidos e, não deve nunca ser descurada. Segundo José Parreira o Convento de São Miguel «É um edifício que merece todo o nosso respeito, entusiasmo e atenção. Seria importante que se possa conhecer e dar a conhecer essa história e património desde a mais tenra idade.»

3.4 – 4ª Fase (1994 – Atualidade)

A Comunidade Intermunicipal do Oeste é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a prossecução conjunta com os Municípios associados das respetivas atribuições.

Criada em junho de 1987, a anterior Associação de Municípios do Oeste (AMO) tinha como competências centrais apostar no desenvolvimento regional de todos os municípios que a integravam. Em 2003, a AMO alterou os seus estatutos para uma «Associação de Municípios de Fins Específicos»⁴². Esta alteração permitiu, em 2008, a alteração do nome, isto é, de Associação de Municípios do Oeste passou para Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCim).

Tendo como base o desenvolvimento regional, a anterior AMO comprou, à Câmara Municipal de Óbidos, o antigo Convento de São Miguel de Gaeiras, no dia 27 de julho de 1994.

Com o Convento em sua posse, a Associação de Municípios procedeu à elaboração de vários projetos para o espaço, com o objetivo de instalar no local a sede da AMO e criar o Museu Regional do Oeste, que recontasse a história dos doze municípios que constituem a zona Oeste e contribuísse para a salvaguarda do património da Região.⁴³

Infelizmente, os projetos referidos demoraram a concretizar-se e, em 1995, o edifício foi alvo de uma nova ação de vandalismo, nomeadamente a profanação das campas rasas

⁴² Consultado em: <http://www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=b9726b18-048a-4108-bb53-bf8cc9f059c6&m=b19> no dia 2 de julho de 2015.

⁴³ Os 12 municípios que integram actualmente a OesteCim são: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

encontradas no piso do Claustro, o roubo de esculturas, de painéis de azulejos que decoravam as paredes da Igreja e a destruição de objetos utilitários e decorativos, sendo que muitos deles nunca foram recuperados na totalidade.



Figura 12: Claustro posterior a 1994 @ OesteCim



Figura 11: Aspeto da fachada do Convento após a compra por parte da OesteCim @ OesteCim

Com a candidatura a fundos de apoio, como o Fundo *Leader Oeste*⁴⁴, a situação teve fim no dia 22 de abril de 1998, com o início das obras de restauro do Convento.

O objetivo inicial, ao instalar-se no local a sede da AMO, era a abertura de um centro de Apoio às Atividades Económicas da Região Oeste, bem como a criação do Museu Regional, iniciativas que foram abandonadas devido à vastidão da ideia. Foi preterida a construção do Museu e do centro de Apoio às Atividades em detrimento da sede.

Antes do início do restauro procedeu-se à limpeza do Convento e do espaço envolvente, que se encontrava coberto de vegetação, sendo reabertos vãos anteriormente fechados pela Câmara Municipal de Óbidos. Algumas zonas foram demolidas por questões de segurança e outras retificadas, aproveitando a arquitetura existente.

As referências que se seguem são apenas apontamentos do vasto restauro que foi realizado. De facto, tratou-se de uma obra de recuperação do monumento muito vasta.

A maior intervenção centrou-se na recuperação de um espaço adjacente à Igreja, que devido ao avançado estado de destruição, apenas lhe restava a fachada. Foi totalmente demolido e reconstruído segundo a traça original, com paredes espessas e janelas do mesmo formato. A diferença foi a construção de dois pisos em lugar de um só, como no espaço original.



Figura 13: Obras de restauro da fachada principal @ OesteCim

⁴⁴ «Reunir e gerir fundos comunitários visando promover o desenvolvimento integrado do mundo rural da região Oeste. A Leader Oeste dinamiza e presta apoio técnico, orientando a sua actuação sempre para benefício da comunidade local e estimulando a identidade da região Oeste». Consultado em: <http://www.leaderoeste.pt/uploads/BrochuraPRODERFinal.pdf>, no dia 2 de julho de 2015.

Junto à recuperação anterior, mais concretamente na Igreja, uma análise intensiva demonstrou uma fresta na abóbada que deu origem a um abatimento em todo o telhado. A solução centrou-se na remoção total do mesmo e posterior recolocação com novas telhas.

No seu interior foi descoberto, ao acaso, uma cripta por debaixo do soalho do altar-mor, documentada e selada com uma nova pedra que ainda hoje permanece como original.

O claustro foi alvo de recuperação, com a colocação de novas campas rasas, numeradas, que iam ao encontro do que existiu no período franciscano. A reconstrução permitiu um nivelamento do chão e posterior colocação das instalações necessárias ao novo uso do Monumento, nomeadamente um novo sistema elétrico, ventilação, entre outros.

Não pode deixar de ser referido o reparo, no segundo piso da cripta, da antiga zona das celas, com entrada pela portaria, que devido a uma derrocada do teto acabou por colapsar, causando a destruição total do retábulo rococó de decoração vegetalista. Foi previsto para o espaço a construção de uma zona de passagem, que permitia aos visitantes caminharem sobre a cripta. Contudo, devido à adaptação do edifício a Museu optou-se por eliminar o passadiço e colocar uns vidros adequados à função de piso, que permitiam que a cripta fosse vista por quem frequentasse o espaço, adaptado a sala de Biblioteca.



Figura 14: Antiga cripta @ OesteCim

Relativamente aos elementos decorativos, todos eles foram alvo de restauro, destacando-se os azulejos e os retábulos das sacristias.

Os azulejos foram retirados do seu local de origem, interior da Igreja, para evitar mais furtos, sendo posteriormente restaurados e recolocados. Os que não existiam, por terem sido roubados, foram reproduzidos com base em registos fotográficos. Os azulejos exteriores não sofreram grandes retoques porque a presença de um enxame de abelhas protegeu a zona, evitando furtos e estragos. Quanto à restante decoração do interior da igreja, o altar-mor foi reconstituído na totalidade, incluindo a pintura em madeira.

Após a conclusão das obras, a Associação de Municípios do Oeste procedeu à reabilitação do Convento como espaço museológico. Foram levados em conta dois aspetos fundamentais: a preservação e manutenção do significado religioso e a realização de obras necessárias à função de um museu.



Figura 15: Fachada principal com o logótipo do Museu Regional do Oeste @ OesteCim

O Museu Regional do Oeste, assim denominado, foi dotado de um auditório com sistema de videoconferência, que funcionaria na Igreja e permitiria a realização de

palestras/debates. A antiga zona da portaria foi adaptada para funcionar como receção e bilheteira.

No espaço conventual, junto à cozinha, a zona foi acomodada para receber uma cafetaria e um restaurante com serviço exterior. Este serviço de esplanada realiza-se no claustro, dotado de mesas e cadeiras para o efeito.

A biblioteca foi instituída na zona do céu de vidro sobre a cripta, o que permitiu a criação de um espaço onde se alinhava o conhecimento dado pelos livros e a experiência real, obtida pelo trabalho dos restauradores.

Os restantes espaços, nomeadamente os corredores e as sacristias, foram dotados de estruturas museológicas, como vitrinas e móveis, que receberam as peças encontradas durante o período de recuperação do Convento. (Anexo I – Figura 9 e 10) Tudo o que foi encontrado no Convento e na zona envolvente, sobretudo vestígios da presença franciscana, juntou-se a outros objetos da vivência local, formando o espólio do Museu Regional do Oeste

A política museológica centrou-se na elaboração de exposições permanentes e temporárias. A exposição permanente era dedicada à intervenção efetuada pela AMO no edifício, com o recurso a algumas fotografias das diferentes fases de recuperação, contando, também, com alguns objetos da vivência franciscana. A exposição temporária, mas de importância central, foi pensada com o objetivo de dar a conhecer objetos e maquinaria, em desuso, que representassem as atividades económicas da região Oeste, especialmente a produção de vinho, de azeite e do pão.

O Museu Regional do Oeste encontrava-se pronto a abrir portas em 2004, e a integrar a Rota dos Museus do Oeste⁴⁵. Contudo, tal nunca chegou a acontecer e, mais uma vez o Convento de São Miguel ficou vazio de recheio. Porém, a nova utilização não tardou a surgir.

Infelizmente, a verdadeira razão do abandono da ideia inicial, por parte da Associação de Municípios do Oeste, não é conhecida, isto porque não houve uma explicação para que a mesma tenha sido abandonada em definitivo, apesar da insistência nos diversos contactos efetuados.

Com o interior do Convento de São Miguel vazio, a atual OesteCim, decidiu alugar parte do espaço, fachada lateral direita e coro da Igreja, à empresa Águas do Oeste,

⁴⁵ A Rota dos Museus do Oeste surgiu em colaboração com as Câmaras Municipais do Oeste, de forma a criar uma rede de salvaguarda e articulação do património de toda a Região Oeste.

atualmente designada como Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.⁴⁶. O restante espaço encontrava-se fechado, o que permitiu que a CMO, através de um contrato de cedência de espaço, desenvolvesse no local um conjunto de apoio a *start ups*, denominado ABC – Apoio de Base à Criatividade.

No que diz respeito ao contrato com a CMO, a entidade ficou de pagar durante um período de dez anos uma renda à OesteCim para que pudesse usufruir do espaço. A instalação de um projeto no âmbito da criatividade no Concelho de Óbidos permitiu que o mesmo deixasse de ser reconhecido como um espaço ligado à ruralidade e com pouca inovação social. A constante procura do espaço por parte de pequenas empresas fez com que o projeto evoluísse, de forma sustentável, permitindo a construção de um edifício autónomo que pudesse albergar, com maiores e melhores condições, as empresas existentes e aqueles que continuavam a procurar este apoio. Surgiu assim o Parque Tecnológico de Óbidos.

Com a construção de um novo edifício, grande parte das empresas concentradas no Convento de São Miguel acabaram por abandonar o local. Neste momento, o mesmo encontra-se praticamente vazio. Todavia, faltam cumprir mais quatro anos de contrato, o que permite que o edifício seja usado por parte da CMO. Grande parte das iniciativas realizadas atualmente são de âmbito cultural e de iniciativa da Junta de Freguesia de Gaeiras.

⁴⁶ A empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. resulta da agregação de oito sociedades: Águas do Zêzere e do Coa; Águas do Centro; Águas do Oeste; SIMTEJO; SANEST; SIMARSUL; Águas do Norte Alentejano e Águas do Centro Alentejano.

Consultado em <http://www.adlvt.pt/index.php/pt/menu/empresa/mensagem-de-boas-vindas/> no dia 29 de julho de 2015.

Capítulo 3. Convento de São Miguel de Gaeiras – Perspetivas de futuro

Neste ponto serão relacionadas as conclusões finais obtidas através de um processo de investigação, que se centrou numa recolha bibliográfica de informação, na realização de cinco entrevistas semiestruturadas e na recolha de três testemunhos orais. As conclusões finais devem resultar de uma coerência entre todos os métodos de investigação.

É imprescindível compreender o que se pretende fazer com este património, e simultaneamente entender aquilo que foi tentado para o espaço.

No início da presente investigação um dos principais objetivos, para além de contar toda a história do espaço, era perceber qual o motivo do Museu Regional do Oeste não ter aberto portas como teria sido planeado pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, aquando a compra do espaço. Para além de tentar compreender o (s) motivo (s), era pretendido elaborar um novo projeto de museu, que se diferenciasse do inicial. Este novo plano centrava-se na construção de museu interativo, onde fosse possível recontar a vivência dos frades franciscanos, bem como toda a evolução do Convento desde a sua primeira localização, Trás-do-Outeiro, até à atual, Gaeiras.

A ideia inicial acabou abandonada devido às respostas obtidas com as entrevistas realizadas. Em quase todas, a opção de musealizar, novamente, o local era imediatamente descartada, o que levou a uma nova abordagem sobre o tema.

3.1. O espaço em questão

O objetivo primordial é compreender o que significava, significa e significará o Convento de São Miguel de Gaeiras para entidades, pública e privada, que lidaram diretamente com o espaço. Como tal é fundamental entender a opinião que ambas possuem sobre o espaço e sobre a atualização mais recente.

As opiniões referidas foram obtidas tendo em conta as cinco entrevistas realizadas para o efeito.

Segundo a entidade camarária, na figura de José Parreira, responsável pelos projetos de dinamização do espaço, na atualidade o Convento não se encontra com nenhum uso concreto, a não ser o espaço alugado às Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Todavia, é reforçado que a restante área está a «ser estruturada para o uso a dar, mas foi anteriormente ocupada pelo Parque Tecnológico durante três anos» É reconhecido como uma área de interesse para a localidade e para toda a região. Todavia, necessita de ser rentavelmente aproveitado, uma vez que se encontra num período de transição, devido à

saída de algumas empresas para o Parque Tecnológico de Óbidos⁴⁷. Só com a libertação total do espaço se poderá avançar com os projetos pretendidos, isto se o contrato de cedência do espaço com a OesteCim permanecer, uma vez que a compra por parte da CMO não é possível, no momento, pois os valores pedidos são demasiado elevados.

A opinião é corroborada pela Junta de Freguesia de Gaeiras (JFG), só uma libertação total permitirá aproveitar toda a excelência do espaço, podendo este ser usado para eventos culturais, exposições e conferências, o que só reforça a importância do local. É inegável o reconhecimento do espaço, como um «grande ícone do património»⁴⁸.

Luís do Coito, presidente atual da JFG, reconhece a necessidade de uma maior dedicação ao espaço e de uma maior divulgação, uma vez que este é apenas reconhecido pela população de Gaeiras, que devido à proximidade do espaço beneficia com os eventos ali realizados.

É indescritível a importância do local, segundo Telmo Faria, ex-presidente da Câmara Municipal de Óbidos, (2001-2013) o Convento de São Miguel de Gaeiras é «um marco para a região». A centralidade que ocupa deve ser aprofundada, nomeadamente com um projeto específico para o local, que segundo o ex-presidente diz respeito a um investimento ligado às águas termais que se encontram junto à Quinta das Janelas Verdes, nas Gaeiras.

Apesar de projetar novas utilizações do edifício, Telmo Faria reconhece que o restauro do Convento de São Miguel e a consecutiva ocupação, por parte da CMO, de uma das fações permitiu a criação de um projeto inovador de apoio a empresas criativas, conhecido como *ABC – Apoio de Base à Criatividade* que permitiu que diversas empresas se fixassem no espaço, contribuindo para a evolução do concelho de Óbidos, que deixou de ser «conhecido como uma zona rural, mas sim como uma zona de apoio às empresas criativas».

Infelizmente não foi possível saber a opinião e o que pensam do espaço na atualidade, por parte dos proprietários atuais, Comunidade Intermunicipal do Oeste, uma vez que estes não responderam às questões a si destinadas.

Porém, as opiniões obtidas são unânimes no que diz respeito à qualidade e importância do espaço. Apesar de não ter sido utilizado para o que inicialmente era previsto,

⁴⁷ O Parque Tecnológico de Óbidos é o primeiro parque do género no país a ter uma entidade gestora de duas universidades (Universidade de Coimbra e Universidade Técnica de Lisboa, um politécnico (Instituto Politécnico de Leiria) e uma escola técnica (ETIC – Escola Técnica de Imagem e Comunicação). Consultado em <http://www.pt-obidos.com/?cat=20&linkid=4> no dia 2 de agosto de 2015.

⁴⁸ Citação retirada da entrevista realizada a José Parreira da Câmara Municipal de Óbidos.

Museu Regional do Oeste, o Convento não perdeu o seu interesse e tem capacidade para ser utilizado para diversos fins.

Independentemente do projeto que ocupar o espaço, é incontornável a importância do mesmo para os intervenientes políticos e, claro para a população da freguesia onde se insere. Torna-se necessário apostar na divulgação, colocando o Convento de São Miguel na rota dos monumentos a visitar no concelho de Óbidos.

Para tal é necessário que se entenda o que foi pretendido para o espaço, nomeadamente a criação do Museu Regional do Oeste e o que poderá vir a ser concretizado.

3.2. Convento de São Miguel de Gaeiras – Musealizar ou não

Uma das ideias iniciais, aquando do início do presente trabalho de investigação era compreender o motivo ou os motivos para que o museu planeado pela OesteCim não tenha aberto portas em 2004, apesar da existência de um catálogo do mesmo, *Catálogo do Museu Regional do Oeste*, e da recolha de objetos para musealizar as salas que compõe o Convento. (Anexo I – Figura 9 e 10).

O objetivo de instalar um museu num antigo convento da ordem franciscana tinha como objetivo dinamizar o espaço, torná-lo mais próximo dos visitantes e contribuir para o desenvolvimento cultural. Uma vez que nos dias de hoje um dos diversos objetivos de um museu é contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Segundo International Council of Museums, um museu é definido como:

«uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite»⁴⁹

Muitos dos primeiros museus em Portugal foram buscar o seu espólio aos antigos Conventos, extintos em 1834. Infelizmente, algumas das peças de arte existentes nestes espaços religiosos desapareceram, uma vez que não houve uma preocupação em inventariar os bens. Ainda não existia a noção de manter o património móvel no seu contexto original. O importante, na época, era criar museus, uma vez que estes eram «como adereço indispensável de civilização.» (CUSTÓDIO:2010, 39).

⁴⁹ Consultado em http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx, no dia 25 de maio de 2015.

Caso que aconteceu com o Convento de São Miguel, vandalizado ao longo de anos, acabou por perder grande parte dos seus objetos, o que dificultou a recriação de parte da história da vivência dos frades franciscanos. Porém, é importante lembrar que a criação do Museu Regional do Oeste, aquando pensado, 2000, não tinha o objetivo de recontar a vivência de frades religiosos, mas sim explicar e ensinar a história da zona Oeste de Portugal, através das suas tradições, nomeadamente o vinho, a agricultura e a pesca.

Um museu que fosse um depósito/repositório das tradições da zona Oeste, algo que permitisse que as pessoas aprendessem novas histórias, algo que contribuísse para a cultural em geral, para a transmissão de conhecimentos, de histórias, de tradições. Um espaço que contribuísse para o lazer, que fosse atrativo, agradável, que levasse os visitantes a permanecer no mesmo longos momentos e, que quando saíssem sentissem que estiveram perante um espaço que os educou, que contribuiu para a aprendizagem e, acima de tudo que permitiu passar um bom bocado, permitiu ser feliz. (SEMEDO:2000,85).

O importante é que um museu, independentemente daquilo que trate, não seja apenas e somente um lugar de «público cultivado». (SEMEDO:2005,23). Deve ser acessível e aberto a toda a sociedade, um espaço menos elitista, com um acesso democrático. O objetivo é que o público conheça as obras e os artistas sem ser somente pelos catálogos. «Conhecer, directamente ao público, artistas e obras da actualidade a partir de diferentes níveis de leitura crítica e não (só) da sua exposição e catalogação numa colecção encerrada.» (SEMEDO:2005,175).

Contudo, depois de tudo pronto, o Museu Regional do Oeste não abriu as suas portas ao público. A razão? Continua, hoje desconhecida, uma vez que a OesteCim se recusou a fornecer qualquer tipo de esclarecimentos.

O Convento de São Miguel de Gaeiras voltou a ficar sem uma utilização específica, que permitisse uma continuidade na dinamização do espaço.

As soluções rapidamente se seguiram com o arrendamento de uma parte do edifício à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a outra à Câmara Municipal de Óbidos.

Por a ocupação atual não ir ao encontro do que era inicialmente previsto para o edifício, tornou-se fundamental compreender o porque de não apostar na musealização do local, mas sim numa ocupação totalmente diferente.

Segundo os órgãos de governo do concelho de Óbidos, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Gaeiras, musealizar novamente o Convento de São Miguel não se encontra previsto, uma vez que o espaço vai ao encontro de outros projetos pretendidos para o local.

Além de que, segundo José Parreira, o Convento «ficará na história por ter sido um espaço que lançou mais de 100 empresas nos últimos anos»

Estes projetos afastam-se totalmente da criação de um museu. A CMO prevê para o espaço projetos associados à área da saúde, como veremos mais à frente.

A opinião é reforçada por Luís do Coito, o espaço não beneficia de uma musealização, uma vez que existem «várias soluções para esse efeito na sede do concelho». Refere-se aos vários museus e galerias que se encontram na Vila de Óbidos, como por exemplo o Museu Municipal de Óbidos; Museu Paroquial de Óbidos; Museu Abílio de Mattos e Silva; Galeria Nova Ogiva e Galeria da Casa do Pelourinho.⁵⁰

Na opinião de Telmo Faria seria possível enquadrar um projeto de museu no espaço, desde que este fosse ao encontro dos planos que a CMO possui para o local. Se tal não vier a ser concretizado, um novo museu não faz sentido algum. Foi ainda dito que a primeira musealização do local foi apenas uma forma de obter financiamento para recuperar o edifício, permitindo iniciar o processo de restauro. Como tal uma segunda oportunidade deveria ser bem ponderada, mas o objetivo é que o Convento «continue a ser um lugar de referência».

Como se verificou musealizar o Convento de São Miguel é uma opção que não se encontra nos planos. Infelizmente não foi possível saber a opinião da entidade OesteCim, mas dado ao pouco contacto que mantém com o espaço e ao fecho do Museu Regional do Oeste é bem provável que não tenha intenção de tornar a abrir, no local, um novo museu.

Apesar da primeira ideia, aquando o início do presente trabalho, ser musealizar o Convento, as respostas que fui obtendo ao longo das entrevistas permitiram adquirir um novo olhar em relação ao monumento. Musealizar permitiria que os visitantes ficassem a conhecer um pouco da história contudo, poderia limitar o usufruto do local. Para além de que a sua localização isolada dificultaria a deslocação dos visitantes. Seria necessário que houvesse, por exemplo, uma parceria com uma empresa de transportes que levasse as pessoas ao local, ou então uma forte aposta na divulgação do mesmo, de forma a atrair os visitantes por sua própria iniciativa.

Depois de uma análise mais cuidada das respostas é possível avançar com novas propostas para o espaço, como se irá ver de seguida.

3.3. Novos Caminhos/Novas possibilidades

⁵⁰ Consultado em: <http://www.obidos.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=2e90c150-1c50-44c5-a003-c72a9e5b9d2e> no dia 2 de agosto de 2015.

Como tem vindo a ser dito o Convento de São Miguel de Gaeiras é «um grande ícone patrimonial que esteve ao abandono durante muitos anos de forma incompreensível».⁵¹

Se o Monumento não tivesse sido intervencionado não existiria como se pode ver atualmente. Contudo, é importante apostar numa nova utilização, que sirva não só a população das Gaeiras, mas também a população de todo o concelho, e quem sabe dos arredores.

Antes de avançar para novas propostas é preciso compreender o porque das sucessivas vendas do local, que contribuíram para que o Convento chegasse até nos com o estatuto que hoje possui.

A primeira venda ocorreu após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834. O Convento foi comprado em hasta pública pela família Gama que o teve em sua posse mais ou menos até ao ano de 1955. Sabe-se que foi posteriormente vendido à Câmara Municipal de Óbidos, que o teve como sua propriedade durante dez anos (1984-1994). Infelizmente não foi possível descobrir o que se passou entre os anos que a família Gama vendeu o espaço e o ano efetivo em que a CMO o adquiriu. É considerado como um período em branco na história do Convento de São Miguel de Gaeiras. Porém, é possível afirmar que durante este período o local foi vandalizado e alguma parte do seu recheio foi roubada, uma vez que o espaço não se encontrava vedado, nem protegido por qualquer meio de segurança. Para além destes roubos, é possível que alguns dos objetos tenham sido vendidos pelos proprietários.

Já na posse da Câmara Municipal de Óbidos e com o projeto para a construção do Lar e Centro de dia aprovado, o Convento parecia ganhar novo ânimo. Infelizmente o projeto nunca chegou a avançar, e a única obra concluída pela entidade referida foi a colocação de uma nova cobertura no telhado, de forma a proteger o interior da Igreja do mau tempo. Para além disso, algumas das portas foram vedadas com tábuas com o intuito de evitar novos furtos.

Os anos foram passando e em 1994, a Câmara decidiu vender o espaço. Antes de explicar o (s) motivo (s), a CMO afirma que não foi a primeira a vender o espaço, tal como tem vindo a ser referido.

Durante o período em que pertenceu à entidade camarária, esta não possuía meios para sustentar o imóvel, deixando-o chegar a um avançado estado de degradação, que só uma venda impediria que desaparecesse, como muitos dos edifícios religiosos em Portugal. Aquando a venda, a Câmara sabia que o objetivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste, anterior AMO na altura da compra, era adquirir o espaço para instalar no local a sede da sua

⁵¹ Afirmação da autoria do senhor José Parreira, responsável pela dinamização do Convento e porta-voz da Câmara Municipal de Óbidos a quando questionado sobre o local.

associação, um centro de apoio às atividades económicas da região e um museu que recriasse a história da região Oeste. A razão pelo qual os projetos não avançaram é alheia à CMO, uma vez que esta se limitou, apenas, à venda do imóvel por não possuir forma de manter financeiramente rentável o mesmo, sem que este chegasse a um avançado estado de degradação.

A questão financeira foi corroborada pela antiga Câmara, na figura do ex presidente Telmo Faria, que afirma que o local só deixou de ser propriedade camarária por questões financeiras. Segundo a sua opinião pessoal, em troca da venda, a AMO comprometia-se a construir no local os projetos acima citados, mas esse compromisso veio a ser quebrado por um anterior Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Fernando Costa.

Apesar das tentativas não foi possível confirmar tal afirmação, mas é do conhecimento geral da população de Óbidos e das Caldas da Rainha, que a ligação entre Telmo Faria e Fernando Costa era bastante conturbada, o que dificultava a comunicação entre câmaras.

Já com o Convento de São Miguel na posse da atual OesteCim, esta foi questionada sobre qual a razão ou razões para ter adquirido o espaço, mas mais uma vez a resposta obtida foi evasiva. Carlos Miguel, representante da Comunidade Intermunicipal, afirmou que à data de compra do edifício, 1994, não se encontrava em funções na referida associação, como tal não pode «testemunhar quais os propósitos, finalidades ou oportunidades da compra».

Este senhor foi novamente questionado sobre qual a razão para que a OesteCim não tenha avançado com o restauro imediato do Convento para que este pudesse ser rentavelmente aproveitado, e também sobre quais os motivos que levaram ao abandono dos projetos que permitiriam a rentabilidade do espaço.

Infelizmente, por parte de Carlos Miguel, não foi obtida qualquer resposta a estas questões.

Todavia, segundo a opinião de Helena Abreu, técnica superior da OesteCim e autora do livro *Memórias de um Convento Franciscano: Contributos para a História do Convento de São Miguel*, a concretização dos três projetos pretendidos, sede da anterior AMO, o Museu Regional do Oeste e o centro de apoio a atividades económicas da região, não avançou, na totalidade, devido ao pouco espaço disponível para albergar num antigo convento franciscano tantos propósitos. Acabou-se por optar pelo Museu Regional do Oeste, em detrimento das restantes opções.

Com o apoio do Fundo *Leader Oeste*, o restauro foi concluído por volta de 2000/2002. Sendo prevista a abertura do Museu, a única proposta que se manteve viável, em 2004. Para tal foi elaborado um catálogo do Museu, denominado *Catálogo do Museu*

Regional do Oeste, que continha a descrição das exposições, bem como fotografias das peças que se encontravam no edifício. Mais uma vez a única proposta, plausível segundo a OesteCim, para o local acabou por não ser concretizada na sua plenitude.

Segundo Helena Abreu o Museu foi desmantelado e as peças regressaram aos seus proprietários ou foram enviadas para museus da região, que tivessem uma exposição adequada ao tema.

Até ao fim da presente investigação, a entidade OesteCim nunca se mostrou disponível para responder às questões para si planeadas. Foram muitas as insistências porém, foi referido pela própria que atualmente o edifício é ocupado por duas entidades, a Câmara Municipal de Óbidos e a antiga empresa Águas do Oeste. «no primeiro caso através de um contrato de arrendamento que acrescenta receita à OesteCim, e no segundo caso através do aluguer do espaço que retira despesas a CIM⁵²».

O Convento de São Miguel encontra-se preservado desde o seu restauro em 1998, mas não esta a ser bem aproveitado. É imprescindível tornar o local atrativo e chamar ao espaço toda a população da zona e não só.

A ocupação em vigor não aproveita plenamente o espaço. Se por um lado as Águas de Lisboa e Vale do Tejo continuam a ocupar parte do Convento, a restante parte encontra-se vazia isto porque as empresas criativas, que anteriormente ocupavam a ala esquerda do monumento, tem-se deslocado para o recém construído Parque Tecnológico de Óbidos, que tem como função albergar nas suas instalações empresas de carácter criativo.

Dado à situação referida, a CMO foi questionada se não estaria disponível para readquirir o espaço.

A resposta obtida foi positiva. Segundo José Parreira, chegou a haver conversas entre a CMO e a OesteCim para que o Convento de São Miguel voltasse para posse camarária, mas os valores pretendidos não são acessíveis a um orçamento público.

Apesar dessa impossibilidade, a Câmara acredita que existem soluções alternativas para o espaço, nomeadamente a sua utilização em torno de questões culturais e de saúde. Isto porque foi descoberto junto ao Convento, mais concretamente em terrenos da Quinta das Janelas Verdes, propriedade atual da Associação Nacional de Farmácias, uma nascente de águas sulfurosas⁵³, em quantidades superiores às que chegam ao Hospital Termal das Caldas da Rainha.

Segundo a opinião de técnicos e após anos de estudo seria possível criar no local, Quinta das Janelas Verdes, um complexo termal que fizesse jus à fama do antigo balneário

⁵² CIM é a sigla para Comunidade Intermunicipal, mais conhecida por OesteCim.

⁵³ Por águas sulfurosas entende-se águas que na sua composição contém enxofre. Consultado em: <http://www.priberam.pt/dlpo/sulfurosa> no dia 2 de agosto de 2015.

da Quinta, utilizado pelos populares no tempo da família Gama. Porém, os elevados custos para a construção de tal edifício tem vindo a adiar a sua concretização.

Atualmente, a Câmara Municipal de Óbidos conseguiu a concessão das águas termais, que brotam nos terrenos da referida quinta, por um período de 50 anos, sendo possível renovar por mais 20 anos. Na primeira fase do projeto está previsto utilizar a nascente como forma de abastecer a Vila de Óbidos e, também como maneira de ajudar na climatização das casas. No que diz respeito à área da saúde e do bem-estar, os balneários previstos irão ser construídos junto ao Convento de São Miguel. «Próximo da captação e com uma vista fantástica»⁵⁴. Quanto ao financiamento para a sua construção, ainda não se sabe se será de origem privada ou através de fundo de candidatura ao programa Portugal 2020.

Como foi referido no parágrafo anterior, o Convento de São Miguel será uma etapa fundamental na construção deste novo projeto.

«O objetivo é juntar naquele espaço medicinas alternativas, reconhecidas pelo Ministério da Saúde, mas também praticas saudáveis, como o Yoga. Ou seja, um conjunto de práticas que vão ao encontro do próprio espírito do Convento, associado a questões espirituais»⁵⁵

Segundo Telmo Faria, este antigo Convento franciscano não deve ser utilizado como turismo rural, mas deve sim servir de apoio ao complexo termal previsto.

A ideia de construir um complexo termal numa antiga zona anteriormente utilizada como tal é o projeto que apresenta maior viabilidade na atualidade. É neste ponto que a CMO se concentra. No entanto, é preciso referir que o Convento não é propriedade da mesma e encontra-se alugado, através de um contrato de cedência, durante dez anos, dos quais faltam cumprir quatro.

Segundo a minha opinião este processo não ficara concluído em quatro anos devido à complexidade das questões burocráticas, devido à constante mudança de interesses por parte das entidades envolvidas. Como tal Óbidos deveria preparar um novo projeto que permitisse permanecer ligado ao Convento, caso não seja possível avançar com a questão termal. Sem dúvida que seria uma ótima solução para o espaço, e viabilizaria, na totalidade, o local permitindo que se tornasse conhecido e acessível a um maior número de gente, mas não deve ser a única solução.

⁵⁴ Afirmação do Presidente da Câmara Municipal de Óbidos numa entrevista concedida ao *Jornal Gazeta das Caldas*. Edição de 4 de setembro de 2015. Pp7.

⁵⁵ Resposta da Câmara Municipal de Óbidos.

Luís do Coito, presidente da JFG, acredita que o Convento de São Miguel beneficiaria de uma gestão conjunta entre a freguesia a que preside e a câmara municipal do seu concelho.

Como uma das freguesias mais populosas do Concelho de Óbidos, Gaeiras beneficia de crescente importância e reconhecimento, o que só contribui para o reconhecimento do Convento de São Miguel.⁵⁶

Ao demonstrar vontade e capacidade para gerir um espaço com o reconhecimento local que este edifício religioso possui, a JFG demonstra vontade em realizar diversos eventos que permitam continuar a dinamizar o espaço em termos locais e quem sabe concelhios ou algo mais. Segundo o próprio, o Convento de São Miguel «Veio colmatar uma falta de espaços na freguesia para a realização de vários eventos.». Luís do Coito reconhece que com a saída das empresas criativas «O espaço passou a ter uma dinamização que não tinha até agora». Com a saída destas empresas e a consecutiva libertação das salas, na ala esquerda, antiga zona de celas dos frades franciscanos, o espaço tornou-se mais amplo permitindo a realização de eventos culturais, organizados pela Junta de Freguesia, com o apoio do Município de Óbidos.

É imprescindível «manter esta dinâmica para o espaço».

Ao longo de um ano de pesquisa, o Convento de São Miguel foi diversas vezes utilizado para o fim acima mencionado, eventos culturais. Um dos primeiros eventos ocorreu em dezembro de 2014 *VIII Exposição de Presépios*, patente desde o dia 6 de dezembro de 2014 até 6 de janeiro de 2015. Organizada pela Junta de Freguesia, a exposição referida contou com mais de uma centena de participantes que tiveram a seu cargo mais ou menos 2000 presépios de diversos materiais, que iam ir da cerâmica, ao vidro, à cortiça, madeira, ferro e até à casca de ovo.

Segundo Luís do Coito os «artesãos ficaram particularmente contentes com o local da exposição e houve alguns que criaram presépios de propósito para o local».⁵⁷

O responsável pelo aparecimento deste tipo de exposições na zona das Gaeiras foi Eduardo João Silva, considerado por muitos como “o pai dos presépios” por ter começado

⁵⁶ Segundo os resultados dos Censos de 2011 habitavam na Freguesia de Gaeiras 2331 habitantes. Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012) *Censos 2011 Resultados Definitivos Região Centro*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, pp. 118. Documento em PDF disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=156644135&PUBLICACOESmodo=2.

⁵⁷ Consultado em <http://www.gazetacaldas.com/45118/doi-mil-presepios-em-exposicao-nas-gaeiras-no-convento-de-s-miguel/> no dia 31 de julho de 2015.

há sete anos com a primeira exposição. Segundo o mesmo, o local escolhido para a Exposição do ano 2014, Convento de São Miguel, não podia ter sido mais bem escolhido.

«Se não houver ninguém para aproveitar estas instalações, eu tenho condições para criar aqui o Museu do Presépio, que decerto seria auto-suficiente».⁵⁸

É bem provável que a IX exposição dos presépios seja realizada no mesmo espaço. Se até à data nenhum outro projeto fora implementado, este antigo convento de frades franciscanos encontra-se de portas abertas para receber aquela que é hoje considerada a maior exposição de presépios a nível nacional.

Para além do evento supra citado, Convento foi palco do *XIV Aniversário de Elevação de Gaeiras a Vila* nos dias 17 e 19 de abril de 2015. Foi preparado pela Junta de Freguesia exposições de pintura, cerâmica, música ao vivo e declamação de poesia. Responsáveis por estas atividades ficaram moradores da Vila, que se demonstraram, ao longo dos dois dias, bastante satisfeitos por poderem fazer parte de um dos momentos mais importantes para a Vila das Gaeiras. É fundamental dar a conhecer a história e o que de bom se faz no local.

A juntar aos acontecimentos referidos, aconteceu nos dias 23 e 30 de abril de 2015, por todo o espaço conventual uma peça de teatro itinerante conhecida como *Inês de Portugal* do grupo de teatro Fatias de Cá. Esta peça foi mais um elemento da programação do XII Festival do Chocolate de Óbidos que decorreu do dia 16 de abril até ao dia 3 de maio na Vila de Óbidos. Este espetáculo percorreu diversas divisões do Convento e foi composto por um jantar. Com a duração de três horas e trinta minutos *Inês de Portugal* é um espetáculo «sem palco e sem plateia».⁵⁹

Os três eventos referidos são apenas alguns exemplos do que pode ser feito no local. O importante é que não tenham sido os únicos. É fundamental que a JFG e a CMO continuem a apostar no local e promovam a realização dos mais variados eventos, que permitam que a população entre em contacto com o espaço e fique a conhecer a sua história.

O Convento de São Miguel não pode ficar esquecido. É claro que a ação da OesteCim é fundamental para que isso não aconteça, uma vez que esta é a sua legítima proprietária. Contudo, enquanto o espaço tiver alugado, a Câmara Municipal e a Junta de

⁵⁸ Citação da autoria de Eduardo João Silva na notícia do Jornal *Gazeta das Caldas* publicado no dia 13 de dezembro de 2014. Consultado em <http://www.gazetacaldas.com/45118/doi-mil-presepios-em-exposicao-nas-gaeiras-no-convento-de-s-miguel/> no dia 31 de julho de 2015.

⁵⁹ Consultado em <http://www.obidos.pt/events/PesquisaEventos.aspx?uid=c083d355-6d9d-4c58-b73a-0aeda5a6e482> no dia 31 de julho de 2015.

Freguesia vão fazer tudo para dar vida ao local. Com o fim do contrato, apenas daqui a quatro anos, o futuro do Convento é uma incógnita.

Segundo Carlos Miguel, representante da Comunidade Intermunicipal do Oeste, «não faz sentido a OesteCim manter esta propriedade pois não está no seu âmbito, nem nas suas competências exercer funções que são da competência dos municípios».

Apesar de tal afirmação, e segundo o próprio uma opinião meramente pessoal, a entidade a que preside não fornece qualquer solução.

De forma a concluir foi pedido, aos cinco entrevistados⁶⁰, uma opinião/comentário sobre o passado e o futuro do Convento de São Miguel de Gaeiras

Apesar da diversidade de soluções, este imóvel é bastante interessante do ponto de vista arquitetónico, não podendo nunca se esquecer, para tal é muito importante apostar na área patrimonial, dando a conhecer a toda a gente, dos mais novos aos mais velhos, a história deste antigo convento franciscano.

Segundo José Parreira «A área da História e do Património deve ser uma prioridade para as câmaras». Como tal é imprescindível que este interesse camarário continue e se aposte numa ocupação ativa para o local, não deixando que chegue, novamente, a um avançado estado de abandono, que pode não ser possível de recuperar, dado ao reduzido número de restauros que têm vindo a ser efetuados em Portugal.

Na figura de Telmo Faria ficamos a saber que o Convento é «um marco para a região», como tal deve manter-se preservado, de forma a poder usufruir-se da sua centralidade. A ocupação que teve anteriormente, incubadora de empresas criativas *ABC – Apoio de Base à Criatividade*, permitiu que Óbidos se tornasse um polo de atracção tanto ao nível turístico, como empresarial. Telmo Faria reforça o papel do Gabinete de Dinamização do espaço, coordenado por José Parreira, como algo fundamental. Este Gabinete deve apostar na dinamização do local, tentando atrair para o mesmo os eventos mais emblemáticos da Vila.

Estes eventos não precisam de acontecer na sua totalidade no Convento de São Miguel, mas para começar seria interessante descentralizar os mesmos, começando por atrair o público.

A opinião é corroborada pela Junta de Freguesia de Gaeiras, que afirma que seria importante «iniciar negociações para que o espaço regressasse à posse do Município e da Freguesia», uma vez que só assim seria rentavelmente utilizado e a população beneficiária do verdadeiro proveito do local. Vão continuar a ser realizados eventos culturais e que sabe de outro género, nomeadamente conferência ou colóquios.

⁶⁰ Câmara Municipal de Óbidos; Junta de Freguesia de Gaeiras, Comunidade Intermunicipal do Oeste, D. Helena Gama e Telmo Faria (ex Câmara Municipal de Óbidos).

Infelizmente os atuais proprietários não forneceram qualquer tipo de opinião ou sugestão para o futuro do Convento de São Miguel de Gaeiras.

Ao longo da presente dissertação foi possível perceber que o principal objetivo é manter o Convento preservado. O seu restauro foi realizado em 1998 e mantém-se até à atualidade. A renda elevada que a empresa de Águas de Lisboa e Vale do Tejo paga à Comunidade Intermunicipal do Oeste permite que o edifício se mantenha preservado.

Relativamente a sua utilização os problemas começam a surgir. Enquanto a ala da direita composta por dois pisos, em lugar de um só como no edifício original, e a Igreja se encontram ocupadas. A ala da esquerda, que engloba o claustro, as duas sacristia e a antiga zona das celas esta neste momento vazia.

É nesta zona do edifício e nos jardins traseiros que a atenção se deve focar em maior escala. São espaços de grande aproveitamento que podem ser utilizados para os mais variados fins.

Na minha opinião pessoal era fundamental definir, definitivamente, a posse do Convento. Apesar da OesteCim não se ter mostrado muito colaborante em relação à entrevista destinada, é notório o desinteresse pelo espaço. Interessa que se mantenha ocupado, mas o que fazer para manter essa ocupação é irrelevante.

É fundamental colocar uma questão: O que acontecerá ao Convento de São Miguel de Gaeiras após o término do contrato de cedência à Câmara Municipal de Óbidos? E se a empresa das águas abandonar o espaço?

Estas questões são fundamentais para definir um futuro para o espaço. É visível o interesse da freguesia e do município, apesar deste último focar, grande parte da sua atenção, no projeto termal, que pode demorar anos a ser concretizado dado o interesse de várias entidades, como a própria Câmara, a Associação Nacional de Farmácia, atual proprietária da Quinta das Janelas Verdes, local onde se encontra a nascente das águas sulfurosas, entre outras entidades privadas ligadas à área da saúde.

Se nunca chegar a avançar é necessário ter um segundo plano de forma a viabilizar o espaço. Este plano B passa, na minha opinião, pela realização de eventos de várias índoles. Apesar do espaço se adequar a eventos culturais, dado ao espírito que emana e ao excelente jardim, que permite a realização de espetáculos musicais ou de peças de teatro. Muitos outros projetos podiam ser feitos no local, nomeadamente conferências⁶¹ dado ao excelente equipamento técnico que compõe a antiga Igreja de São Miguel, hoje em dia transformada em auditório.

⁶¹ No dia 2 de agosto realizou-se no Convento de São Miguel um encontro nacional sobre a amamentação. Consultado em: <http://comercioenoticias.pt/2015/07/28/obidos-recebe-encontro-nacional-de-amamentacao/> no dia 2 de agosto de 2015.

Realizam-se na Vila de Óbidos os mais variados eventos, e muitos deles poderiam ser transferidos para a Freguesia das Gaeiras, nomeadamente para o meu objeto de estudo. Um dos objetivos atuais da Câmara é apostar na descentralização, dando a conhecer as freguesias que compõe o concelho de Óbidos. Que melhor oportunidade para trazer para fora da Vila, eventos que atraem milhares de pessoas.

Apostava-se no desenvolvimento local, dando a conhecer aos portugueses e aos estrangeiros, que visitam Óbidos em grande escala, durante todo o ano, outros ícones do património.

Neste caso concreto, a Freguesia das Gaeiras sairia bastante beneficiada. O Convento de São Miguel tornar-se-ia um local de interesse para a localidade e para toda a região.

4. Conclusão

Ao elaborar o presente estudo de caso, um dos meus objetivos foi contribuir para o reconhecimento do Património Histórico de Óbidos, mais especificamente o reconhecimento da importância e interesse de um dos monumentos que o constitui.

O Convento de São Miguel de Gaeiras foi um antigo convento da ordem franciscana, que, após a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, em 1834, passou por diversas utilizações e ocupações.

É de realçar que, ao contrário de muitos dos edifícios religiosos em Portugal que desapareceram após o referido ano, o Convento de São Miguel chega até aos nossos dias em excelente estado de preservação.

Esta preservação só foi conseguida graças aos consecutivos usos dados ao edifício. Isto é, após a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, o Convento de São Miguel, tal como a maioria dos conventos e mosteiros em Portugal foram colocados à venda em hasta pública, com grande parte do seu recheio.

Neste caso concreto, o edifício foi comprado pela família Gama, que decidiu adquirir o espaço como forma de alargar o seu património. Apesar de não ter sido utilizado como habitação privada, o Convento de São Miguel foi sendo cuidado ao longo dos anos. Infelizmente, um infortúnio familiar levou ao abandono do edifício e consecutiva venda após 1955.

Ao contrário do que seria de esperar, o Convento de São Miguel, apesar do vandalismo que sofreu e das peças de arte que foram roubadas, manteve-se de pé.

A compra por parte dos proprietários seguintes, Câmara Municipal de Óbidos, em 1984, reacendeu a esperança num futuro melhor, através da concretização de um projeto que se centrava no aproveitamento do espaço para ações de incremento do bem-estar da população mais idosa.

Infelizmente tal não se concretizou e, mais uma vez, este Monumento esteve em risco de se perder e engrossar a lista de edifícios religiosos em Portugal que acabaram por desaparecer.

Uma nova compra, em 1994, e novos projetos para o edifício voltaram a dar novo ânimo. O Convento de São Miguel foi definitivamente restaurado em 1998, o que permitiu a sua ocupação em condições de segurança.

Como foi possível verificar, foi durante os períodos de tempo em que esteve ao abandono que maiores riscos sofreu. Foi vandalizado, ao ponto de terem sido roubadas peças de arte valiosas, que até hoje permanecem em paradeiro desconhecido.

De facto, a consecutiva ocupação que foi tendo até a atualidade permitiu que o Convento de São Miguel de Gaeiras chegasse até nós nas melhores condições de conservação.

Os projetos pretendidos para o espaço, que iam desde a construção de um lar e centro de dia para a população idosa de Óbidos até à criação de um museu nunca foram concluídos na sua plenitude. Todavia, esse fator em nada prejudicou a manutenção deste Monumento.

É importante esclarecer que independentemente do uso que um antigo monumento tenha tido, esse uso não tem de permanecer sempre o mesmo. O importante é que a sua conservação permita que todo o público usufrua das qualidades que o mesmo possa oferecer.

Acredito que a sua permanente atualização e utilidade demonstrada foi um elemento significativo na sua preservação e manutenção até hoje.

Apesar do seu futuro e do uso que possa vir a ter ser uma incógnita é incontornável a vontade de o manter como um elemento do património local. Essa vontade é uma vontade social, mas também uma vontade política.

O Convento de São Miguel começa a tornar-se um ícone do património em Óbidos.

Nos dias de hoje o Património é considerado como um elemento fundamental da cultura. Necessita de uma prática coerente com a sua definição. Como tal preservá-lo e conservá-lo é uma forma de garantir a passagem de testemunhos de geração em geração.

«Podemos falar em património cultural como aquela representação simbólica das identidades dos grupos humanos, isto é, um emblema da comunidade que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e constrói imagens da comunidade» (Cruces: citado PEREIRO:2006,1).

Para além de demonstrar que as diferentes ocupações do Convento de São Miguel contribuíram para a sua manutenção, um dos outros objetivos da presente investigação era contribuir para um maior reconhecimento do edifício em estudo.

O referido Convento encontra-se situado na freguesia de Gaeiras e não no centro da Vila de Óbidos, onde se encontra grande parte do património visitado por turistas nacionais e internacionais, o que dificulta a sua visita e o seu reconhecimento.

É necessário apostar numa maior divulgação do Património que compõe as restantes freguesias de Óbidos, só assim se tornará possível a descentralização do turismo nesta região.

Esta descentralização é fundamental para que o Convento de São Miguel adquira a sua importância enquanto monumento de Óbidos.

É um edifício de reconhecimento local e bastante acarinhado pela população da freguesia onde se insere. Os habitantes de Gaeiras orgulham-se da sua presença e são os primeiros a manifestar interesse na sua divulgação. São eles, através de ações pessoais ou com iniciativa da Junta de Freguesia que levam para o espaço as mais diversas atividades.

Com o presente trabalho e com a explicação do que foi e do que é o Convento de São Miguel, este tornar-se-á cada vez mais referenciado e quem sabe cada vez mais visitado e utilizado para os mais diversos fins.

Com esta dissertação procurei realizar num documento único a história das diferentes fases de ocupação do Convento de São Miguel de Gaeiras. Para além disso foi possível associar essa história a três conceitos fundamentais na área: o conceito de património, o conceito de conservação e o conceito de restauro, contribuindo para o seu melhor esclarecimento e aplicação relativamente ao objeto de estudo.

Atualmente, o Convento é propriedade da Comunidade Intermunicipal do Oeste, encontrando-se alugado em parte ao município de Óbidos, por um período de dez anos, dos quais só faltam cumprir quatro e, uma outra parte, à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

O futuro é indefinido, uma vez que os atuais proprietários, OesteCim, não forneceram qualquer resposta sobre o que pretendem fazer no edifício e ao edifício após o término dos referidos contratos.

É importante não voltar a abandonar o Convento de São Miguel de Gaeiras, uma vez que só a sua consecutiva utilização este marcará lugar no Património do concelho de Óbidos e quem sabe também ao âmbito do Património Nacional.

5. Fontes e Bibliografia

Documentação de Arquivo

Arquivo Municipal de Óbidos. Dossier Convento de São Miguel de Gaeiras. Carta da Câmara Municipal de Óbidos ao Senhor Diretor Geral do Equipamento Regional e Urbano com o assunto sobre a cedência do direito de superfície do Convento de São Miguel de Gaeiras.

Arquivo Municipal de Óbidos. Dossier Convento de São Miguel de Gaeiras. Carta da Câmara Municipal de Óbidos ao Senhor Presidente do Instituto Português do Património Cultural com o assunto sobre a classificação do Convento de São Miguel/ Quinta das Janelas em Gaeiras – Óbidos.

Arquivo Municipal de Óbidos. Dossier Convento de São Miguel de Gaeiras. Documento que prova a constituição legal da associação denominada *Comissão de Melhoramentos do Convento de S. Miguel de Gaeiras*.

Fontes Impressas

MOURA, Miguel de. 1840, *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e a vida de Miguel de Moura escripta por elle mesmo*, Lisboa, Typ. Da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.

PIEIDADE, FR. António da (1728-1737), *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida*, Tomo Primeiro, Lisboa Ocidental, Oficina de Joseph António da Sylva.

MARIA, FR. Joseph de Jesus (1737), *Chronica da provincia de Santa Maria da Arrábida da Regular, e mais estreita observância da Ordem do Serafico Patriarca S. Francisco*, Tomo Segundo, Lisboa.

Convento de São Miguel de Gaeiras – Notas de Despesa (1723-1755).

Relação de Religiosos (Da Província da Arrábida?) Unidade de Instalação (1700 e 1850).

FERREIRA, Fátima (2015) «Município já tem a concessão das águas das Termas de Óbidos» *Gazeta das Caldas*, 4 de setembro de 2015, pp.7

Legislação

Constituição da República Portuguesa. Consultado em:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Consultado:

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Consultado em:

<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

Recomendação de Nairobi. Consultado em:

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3724/carta%20de%20nairobi.pdf?sequence=1>

Carta de Atenas (1931). Consultado em:

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Carta de Veneza (1964). Consultado em:

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Concordata de 2004 entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Consultado em:

http://static.publico.pt/pptfiles/img_superdestaque/Concordata.VAnotada.pdf

Lei nº13/85 de 6 de julho. Consultado em:

http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3775/Lei%2013_85.pdf?sequence=1

Lei nº107/2001 de 8 de setembro. Consultado em:

http://www.portugal.gov.pt/media/168370/lei_bases_patrimonio.pdf

Lei nº 1:700 de 18 de dezembro de 1924. Consultado em:

<http://dre.tretas.org/pdfs/1924/12/18/dre-285161.pdf>

Decreto-lei nº138/2009 de 15 de junho. Consultado em:

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_lei138_2009_pororof.pdf

Decreto-lei nº309/2009 de 23 de outubro. Consultado em:

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_lei309_2009_pororof.pdf

Resolução do Conselho de Ministros nº70/2009 de 21 de agosto. Consultado em:

https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000046001-000047000/000046989_2.pdf

Diário da República, III Série, número 6 de 8 de janeiro de 1985, Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras. Consultado em:

<https://dre.pt/application/file/7242984>

Bibliografia

- AAVV (2012), *Monografia de Gaeiras (contributos)*, Gaeiras, Freguesia de Gaeiras, Várzea da Rainha Impressoras, S.A.
- ABREU, Helena (2003) Catálogo do Museu Regional do Oeste, Caldas da Rainha, Associação de Municípios do Oeste.
- ABREU, Helena (2002), *Memórias de um Convento Franciscano: Contributos para a História do Convento de São Miguel*, 1ª edição, Caldas da Rainha, Associação de Municípios do Oeste.
- ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mouzinho de, (1854) *Memória Inédita acerca do Edifício Monumental da Batalha*, Leiria, Typographia Leiriense.
- ANTUNES, Maria dos Santos (2010), *A musealização do Palácio Nacional de Mafra*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa.
- BERG, Bruce L (2012), *Qualitative research methods for the social sciences*, Pearson, Upper Saddle River, pp.1-55 e 304-346.
- BRANDI, Cesare (2006), *Teoria do Restauro*, Amadora, Edições Orion.
- CHALANTE, Susana (2008), ««Demolimania» a Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e a «cruzada de honra e brio» (1866-1880)» *Revista Ler História* LV (55), pp. 171-187.
- CHOAY, Françoise (2010), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- CHOAY, Françoise (2011), *As questões do património: antologia para um combate*, Lisboa, Edições 70.
- CLARO, João Martins (1996), «Enquadramento e apreciação crítica da lei nº13/85», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp.279-328.
- CORREIA, José Manuel Sérvulo (1996), «Procedimentos de classificação de bens culturais», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp.329-353.
- CRESWELL, John W (1994), *Research Design: Quantitative, Qualitative and Mixed Methods Approaches*, 2nd edition, London, SAGE Publications, pp.26-53; 208-225.
- CRESWELL, John W (2007), *Qualitative inquiry and Research Design; choosing among five approaches*, London, Sage Publications, pp.36-84; 101-113.
- CÚSTODIO, Jorge (1993), «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)», in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretária de Estado e da Cultura/IPPAR, pp.33-61.
- CÚSTODIO, Jorge (2010), *100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1919-2010*, Lisboa, IGESPAR.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Editorial Verbo, 2001.

DUARTE, Alice (2002), Reflexões sobre a Nova Museologia, Cadernos de Sociomuseologia, n.º 18, pp. 93-139.

DUARTE, Alice (2013) Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, *Revista Museologia e Património*, pp.99-117. Consultado em:

https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=reflex%C3%95es+sobre+a+nova+museologia+5

ECO, Umberto (2010), *Como se faz uma tese em Ciências Sociais e Humanas*, Queluz de Baixo, Editorial Presença.

FEILDEN, Bernard M (1994), *Conservation of historic buildings*, Oxford, Butterworth-Heinemann

FERREIRA, Carlos Antero (1992), «O Património monumental, a construção do histórico e as iras do apocalipse», *Revista de História, Estética e Fenomenologia de Arquitectura e do Urbanismo*, I, (1), pp. 5-14.

Foddy, William (1996 (1993)), *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta.

FRANÇA, José Augusto (1996), «O Património Cultural: sentido e evolução», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp. 23-39.

GALHARDO, Manuela (1996), «As Convenções da UNESCO no domínio do património cultural», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp.95-110.

GHIGLIONE, Rodolphe e Benjamim Matalon (1997), *O Inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora.

GORJÃO, Sérgio (1998), *O Convento de S. Miguel: Trás-do-Outeiro e Gaeiras*, Óbidos. Associação de Defesa do Património do Concelho de Óbidos.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1997), *Museologia e etnologia em Portugal: instituições e personalidades*, Tese de Doutoramento em Antropologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

HENRIQUES, Fernando M.A (1991), *Conservação do Património edificado*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

HERNÁNDEZ, Maria Hernández (2008), *Manual de Museologia*, Madrid, Editora Síntesis.

INSTITUTO Nacional de Estatística, I.P. (2012), *Censos 2011 Resultados Definitivos Região Centro*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, pp. 118. Consultado em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_bo_ui=156644135&PUBLICACOESmodo=2

LAMEIRA, Sandra (2006), *Preservação, conservação e valorização do património cultural em Portugal*, Lisboa, Instituto para a Qualidade na Formação.

LEITE, Pedro Pereira (2014), *Museologia e Inovação Social*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp.1-14. Consultado em:

https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=museologia+e+inova%C3%A7%C3%A3o+social

LEITE, Pedro Pereira (2012), *Museologia, desenvolvimento e direitos humanos: campos emergentes da investigação ação na globalização*, Lisboa Universidade Lusófona, pp.1-15. Consultado em:

https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=museologia+desenvolvimento+e+direitos+humanos

LEITE, Pedro Pereira (2014) «A Nova Museologia e os Movimentos Sociais em Portugal», *Cadernos do CEOM*, Ano 27, número 41, pp.193-223. Consultado em:

https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=a+nova+museologia+pedro+leite

MAIA, Maria Helena (2007), *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri.

Memórias Históricas e diferentes apontamentos, àcerca das antiguidades de Óbidos desde o ano 308 antes de Jesus Cristo até ao presente, Óbidos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Câmara Municipal de Óbidos, 1985.

MIRANDA, Jorge (1996), «O património Cultural e a Constituição», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp.253-277.

MOREIRA, Isabel M. Martins (1989), *Museus e Monumentos em Portugal 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta, pp.95-111.

MOURÃO, David Ferreira (1977), *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*, Lisboa, Secretária de Estado da Cultura.

OLIVEIRA, Ângela Maria dos Reis de (2009), *20 Anos de Vandalismo Patrimonial - Convento de São Miguel das Gaeiras*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta.

Património: balanço e perspetivas: 2000-2006, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000.

PEREIRO, Xerardo (2006), «Património Cultural: o casamento entre património e cultura» em *ADRA* número 2, *Revista dos Sócios do Museu do Povo Galego*, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, pp.23-41

PINTO, Eduardo Vera-Cruz (1996), «Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp. 205-251.

PINHEIRO, Nuno Santos (1996), «O papel do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico na proteção do património», in *Direito do Património Cultural*, Oeiras, INA, pp.499-515.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves (2000), «Serra e conventos na Crónica da província de Santa Maria da Arrábida», *Via Spiritus*, VII, Lisboa, pp. 67-76. Consultado em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3554.pdf>

Plano de conservação preventiva-bases orientadoras, normas e procedimentos, Lisboa, Instituto Português dos Museus, 2007.

PRIMO, Judite Santos (2007), *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português*, Tese de Doutoramento em Educação, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Consultado em: <http://repositorio.uportu.pt:8080/xmlui/handle/11328/584>

QUIVY, Raymond e Luc Van Campenhout (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

ROSENDO, Carla (1995), *Gaeiras de ontem e de hoje*, Gaeiras, Junta de Freguesia de Gaeiras.

SEMEDO, Alice e João Teixeira Lopes (2005), *Museus, discursos e representações*, Porto, Edições Afrontamento.

TOMÉ, Miguel (2002), *Património e Restauro em Portugal: (1920-1995)*, Porto, FAUP.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1993), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

VARAS, Ignacio González (2008), *Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Cátedra.

Webgrafia

<http://www.priberam.pt/dlpo/feitor>

<http://www.priberam.pt/dlpo/alvar%C3%A1>

<http://dre.tretas.org/dre/69952/>

<http://dre.tretas.org/dre/69952/>

<http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=2395>

<http://www.icomos.pt/>

<http://www.dicio.com.br/gaio/>

<http://www.dicionarioinformal.com.br/ed%C3%ADcula/>

<http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplpopup.asp?sspageid=114&artigoID=1340&lang>

<https://dre.pt/application/file/7242984>

<https://dre.pt/application/file/7242984>

<http://www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=b9726b18-048a-4108-bb53-bf8cc9f059c6&m=b19>

<http://www.leaderoeste.pt/uploads/BrochuraPRODERFinal.pdf>,

<http://www.adlvt.pt/index.php/pt/menu/empresa/mensagem-de-boas-vindas/>

<http://www.pt-obidos.com/?cat=20&linkid=4>
http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx
<http://www.obidos.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=2e90c150-1c50-44c5-a003-c72a9e5b9d2e>
<http://www.priberam.pt/dlpo/sulfurosa>
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_bo ui=156644135&PUBLICACOESmodo=2
<http://www.gazetacaldas.com/45118/dois-mil-presepios-em-exposicao-nas-gaeiras-no-convento-de-s-miguel/>
<http://www.gazetacaldas.com/45118/dois-mil-presepios-em-exposicao-nas-gaeiras-no-convento-de-s-miguel/>
<http://www.obidos.pt/events/PesquisaEventos.aspx?uid=c083d355-6d9d-4c58-b73a-0aeda5a6e482>
<http://comercioenoticias.pt/2015/07/28/obidos-recebe-encontro-nacional-de-amamentacao/>
<http://www.citador.pt/frases/citacoes/t/cultura>
http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5841/museologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20social-seminario_nova_nov14.pdf?sequence=1
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2967/MuseologiaedesenvolvimentoDireitoHumanos.pdf?sequence=2>
https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=a+nova+museologia+pedro+leite
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3554.pdf>

Anexo I



Figura 1: Nichos que ladeiam a entrada da Igreja @ foto de autor



Figura 2: Pormenor Arco Triunfal com brasão @ foto de autor

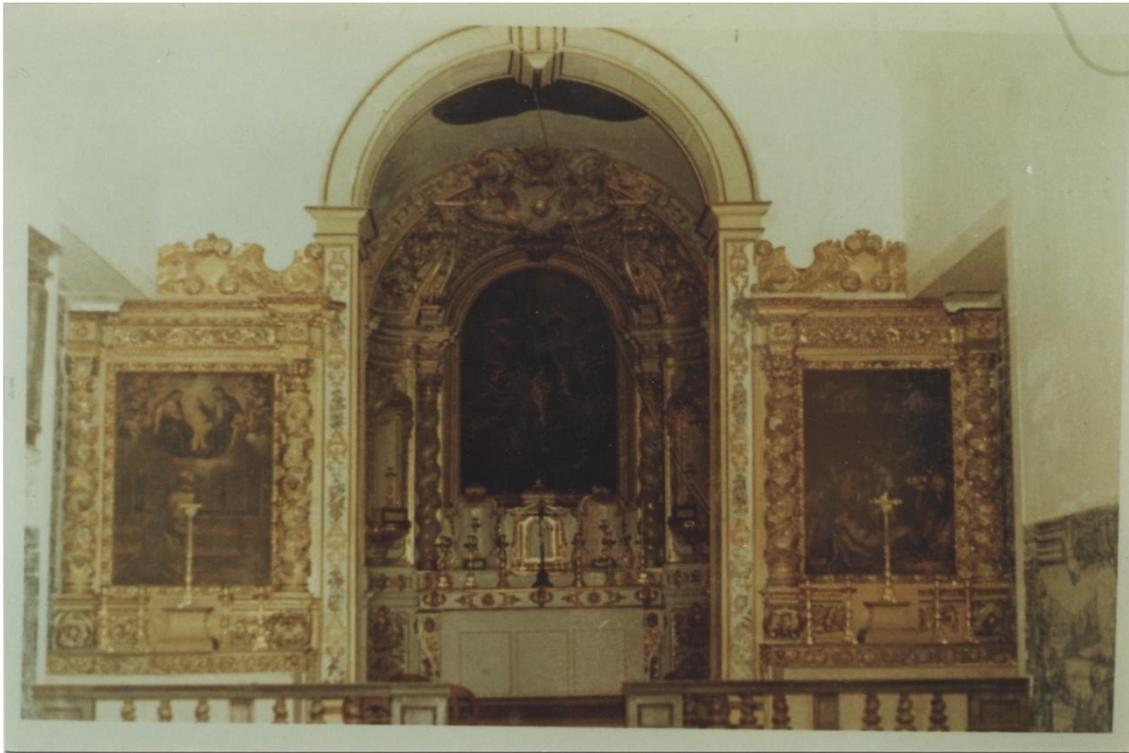


Figura 3: Quadros que ladeiam o altar-mor @ Ângela Oliveira



Figura 4: Pormenores de azulejos do interior da Igreja @ foto de autor

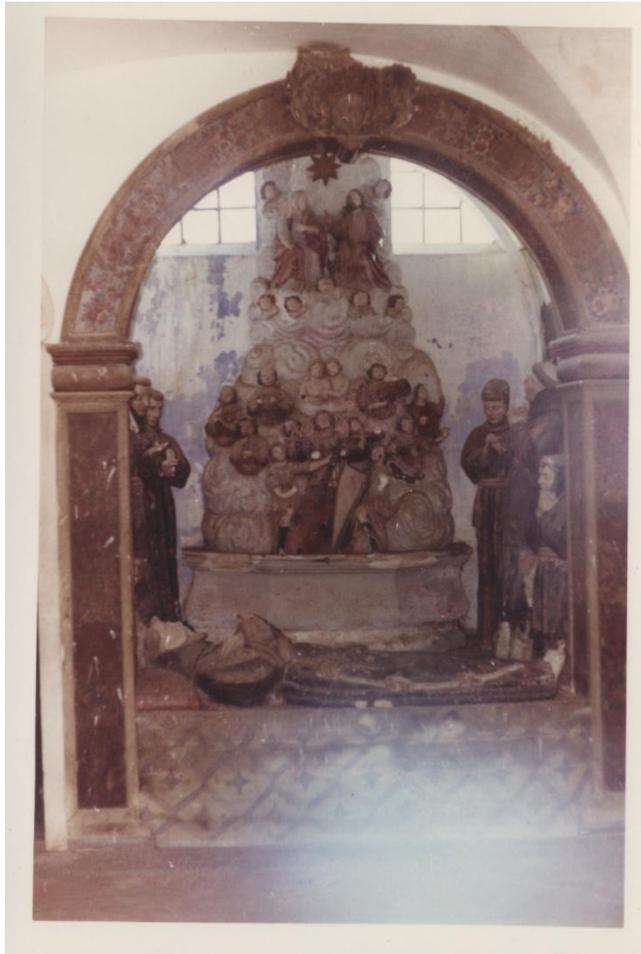


Figura 5: Pormenor da Morte de São Francisco em terracota @ Ângela Oliveira



Figura 6: Claustro @ foto de autor



Figura 7: Casa da mina de água @ foto de autor



Figura 8: Pote em cerâmica @ OesteCim

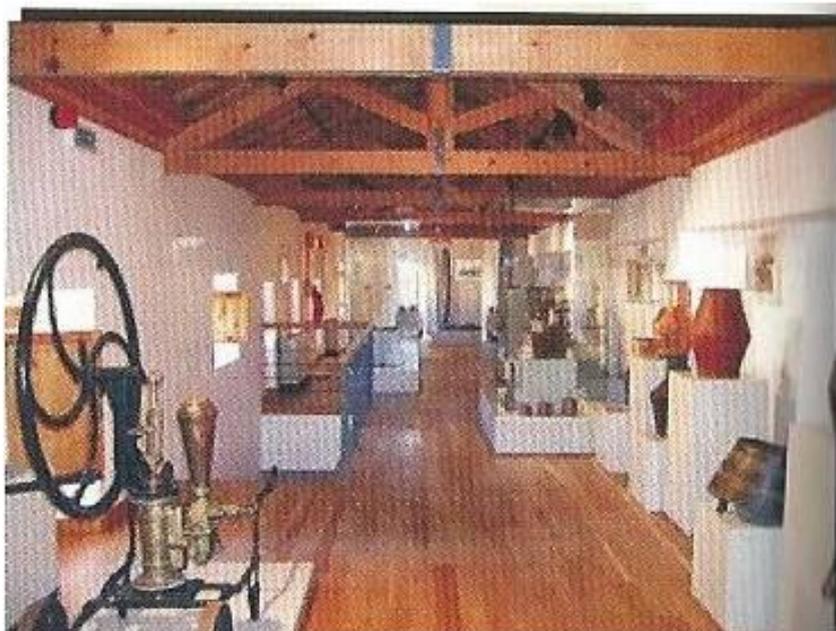


Figura 9: Digitalização de imagem que comprova a musealização do Convento

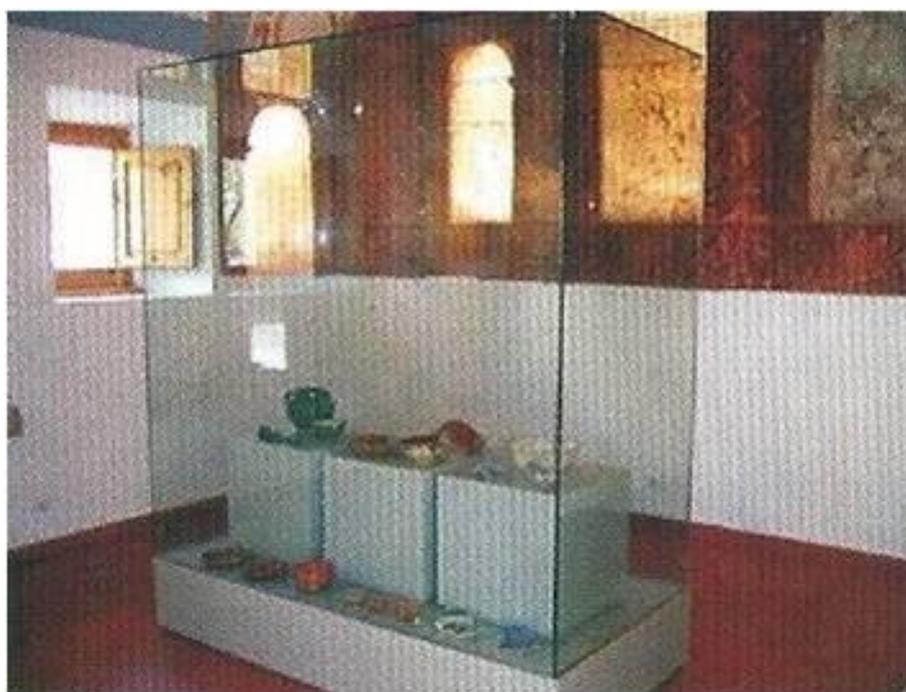


Figura 10: Digitalização de imagem que comprova a musealização do Convento

Anexo II


S. R.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
CÓDIGO POSTAL 2510 -- TELEFONE 95 102

Exm^o. Senhor
Presidente do Instituto Português do
Património Cultural
Palácio Nacional da Ajuda
1300 LISBOA

| | | | |
|---------------------------------|--------------------|-----------------------|------|
| Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência | DATA |
| 84/3 (3) of ^o . 1910 | 3/2/84 | 0659 * 13 MAR 1984 | |
| ASSUNTO: | | P ^o .01.49 | |

CLASSIFICAÇÃO DO CONVENTO DE S. MIGUEL
QUINTA DAS JANELAS EM GAIRAS -- ÓBIDOS

[Handwritten Signature]

Para instrução do processo acima referido, junto tenho a honra de enviar a V. Ex^o. os elementos solicitados, abaixo discriminados:

- 1 - Documentação fotográfica do interior e do exterior. No que respeita a esta parte pode apreciar-se o isolamento em que se encontra o Convento, rodeado de uma paisagem essencialmente agrícola, excluindo o espaço cercado por um muro em ruínas que apresenta uma vegetação arbustiva. Do lado contrário à estrada, vai surgir, já aprovado, um empreendimento turístico de cujo projecto enviamos uma fotocópia para melhor apreciação.
- 2 - Elementos gráficos, constituídos por duas plantas topográficas, de localização do imóvel. Deste, apenas as linhas gerais dos seus contornos de implantação, uma vez que o templo está completamente vedado por motivo da acção de eventuais profanadores. A sua utilização é completamente nula no actual momento, sendo o estado de degradação a que está sujeito, o principal motivo porque a Câmara está interessada na sua aquisição.
- 3 - Memória descritiva, focando os vários aspectos referidos no questionário que V. Ex^o. teve a amabilidade de nos enviar.

Certos de que ficará sensibilizado para o prosseguimento deste processo gostaria entretanto obter de V. Ex^o. uma resposta muito urgente, em face

.../...

Formato A 4

[Stamp: Câmara Municipal Óbidos]

Figura 1: Processo de classificação do Convento de São Miguel de Gaeiras em Monumento Nacional

701
86
[Handwritten signature]

CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA " COMISSÃO DE MEL-
HORAMENTOS DO CONVENTO DE S. MIGUEL DE GAERAS "

Aos dezasseis de Novembro de mil novecentos e oi-
tenta e quatro, nesta Vila e concelho de Óbidos e no Cartório No-
tarial, perante mim Licenciado Carlos Alves Gouveia, notário neste
concelho, compareceram como outorgantes:

Primeiro - JOSE ANTONIO PEREIRA JUNIOR, casado, na-
tural da freguesia de Santa Maria, concelho de Óbidos, residente ha-
bitualmente no lugar das Gaeriras, freguesia de São Pedro, também
deste concelho;

Segundo - LUIS MARQUES FAUSTINO, casado, natural da
freguesia de Carvalhal Benfeito, concelho de Caldas da Rainha, re-
sidente habitualmente no referido lugar das Gaeriras;

Terceiro - DIAMANTINO LAURA FERREIRA, casado, natu-
ral da referida freguesia de Santa Maria, residente habitualmente
no mesmo lugar das Gaeriras;

Quarto - ANTONIO HENRIQUES RIBEIRO, casado, natural
da freguesia de Alvorninha, concelho de Caldas da Rainha, residen-
te habitualmente no mesmo lugar das Gaeriras;

Quinto - LEONEL LEAL CARREIRA, casado, natural da
freguesia de A-dos-Negros, concelho de Óbidos, residente habitual-
mente no referido lugar das Gaeriras;

Sexto - LUIS MANUEL DO CARMO DE SOUSA GARCIA, case-
do, natural da referida freguesia de Santa Maria, residente habi-
tualmente nesta Vila de Óbidos;

M. 54. 379 - A. G. 11/11/1904 - A. G. 11/11/1904

Figura 2: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeriras

Luiz

Sétimo - JAIME DE OLIVEIRA E SILVA, casado, natural da freguesia e concelho de Caldas da Rainha, residente habitualmente na Vivenda Vale dos Moínhos, freguesia de São Pedro, deste concelho;

Oitavo - JOÃO ANTONIO DE SOUSA VELADO, casado, natural da referida freguesia de Santa Maria, residente habitualmente no dito lugar das Gaeiras;

Nono - JOAQUIM DA COSTA DUARTE, casado, natural da freguesia de São Pedro, deste concelho e residente habitualmente no mesmo lugar das Gaeiras;

Decimo - MARTINHO CIPRIANO, casado, natural da dita freguesia de Santa Maria e residente habitualmente no mesmo lugar das Gaeiras;

Decimo Primeiro - ANTONIO RIBEIRO FERREIRA, casado, natural da dita freguesia de Santa Maria, residente habitualmente no mesmo lugar das Gaeiras;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelo meu conhecimento pessoal.

Os outorgantes declararam:

Que, pela presente escritura, constituem uma Associação nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO - A Associação denomina-se " COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO CONVENTO DE S. MIGUEL DE GAERAS, tem a sua sede no lugar das Gaeiras, freguesia de São Pedro, concelho de Óbidos e durará por tempo indeterminado.

ARTIGO SEGUNDO - A Associação tem por finalidade: -

Figura 3: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

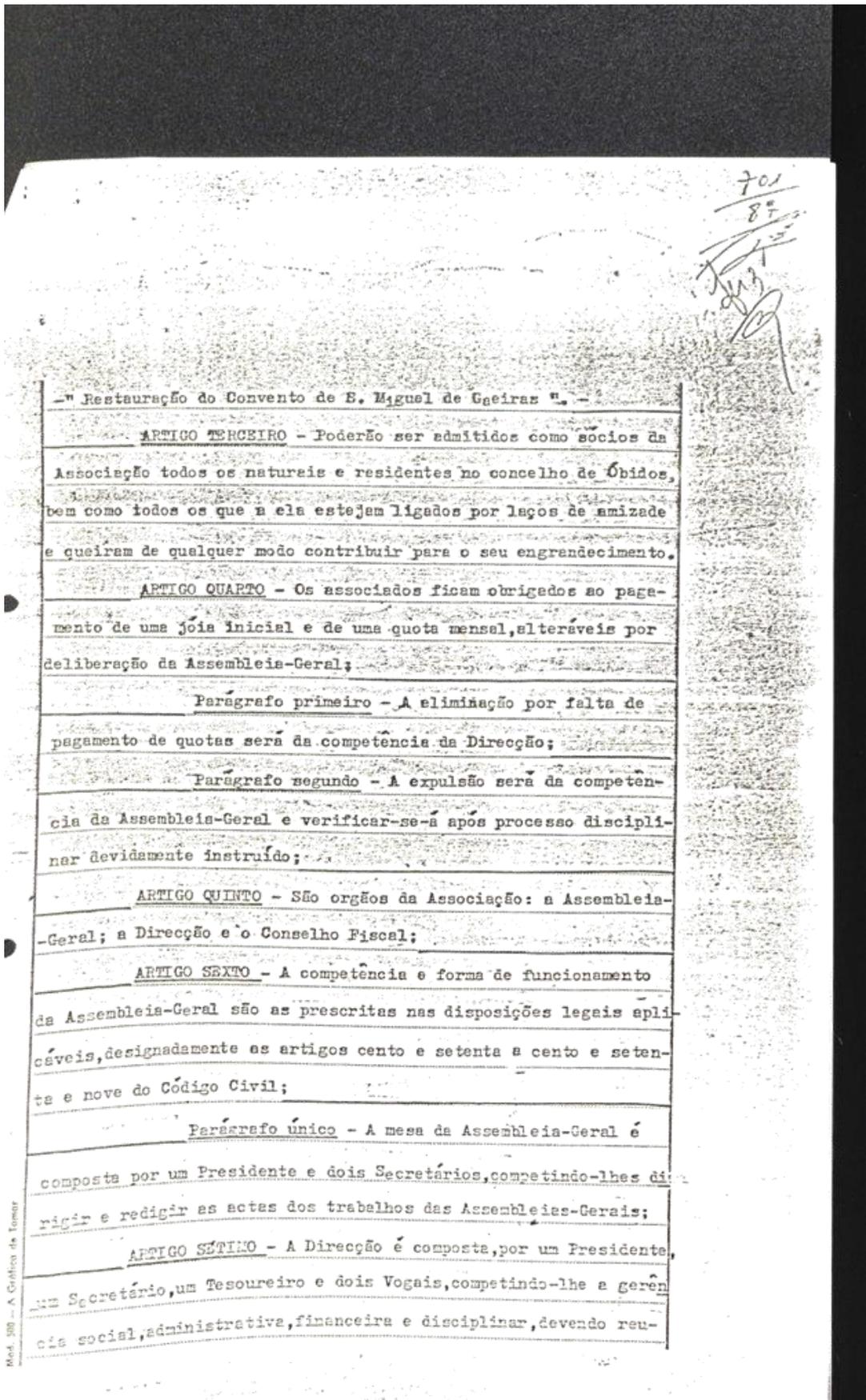


Figura 4: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras

...nir mensalmente.

ARTIGO OITAVO - O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Secretário e um Redactor, competindo-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Direcção e verificar as suas contas e relatórios, resumindo-os mensalmente.

ARTIGO NONO - A Associação, em tudo o que for omisso nestes estatutos, reger-se-á pelas normas do direito applicaveis e pelo regulamento interno cuja aprovação e alterações são da competência da Assembleia-Geral.

ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM:

Foi exhibido o certificado comprovativo da admissibilidade da denominação, passado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em cinco do corrente.

Esta escritura foi em voz alta lida e devidamente explicada, aos outorgantes, quanto ao seu conteúdo, na presença simultanea de todos os intervenientes. Ressalvo as assinaturas:

"à: competindo-lhe; alterações" e a cuncta: deus mi-
naciao"

*João de Deus
Luís Marques Faria
Dionísio José Faria
António Henrique Ribeiro
Luís Leopoldo Carneiro
Dionísio José Faria
João de Deus*

Figura 5: Constituição da Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaiiras

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO CONVENTO DE S. MIGUEL DE GAEIRAS

GAEIRAS - 2510 OBIDOS

GAEIRAS, 27/11/84

A
CÂMARA MUNICIPAL DE OBIDOS
Largo de S. Pedro
2510 OBIDOS

N/Ref* 2/84

ASSUNTO: Cedência dos prédios RUSTICO e URBANO do Convento de S. Miguel de Gaeiras

A sucessão de acções desenvolvidas pela Câmara, como a aquisição do Convento de S. Miguel de Gaeiras, os contactos com a Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano e ainda outros a vários níveis para realização das obras de recuperação e instalação de um Lar de Idosos e Centro de Dia, levaram a que, por impossibilidade de financiamento directo à Câmara por aquela Direcção, se formasse uma Comissão de Melhoramentos que a partir de agora possa dar continuidade a todo o processo.

Deste modo, e para que isso seja possível, é necessário que a Câmara faça a cedência do direito de superfície dos prédios, rústico e urbano que constituem o Convento de S. Miguel de Gaeiras ou os transmita de qualquer outra forma à citada Comissão.

Assim, solicitamos à Exm^a Câmara, delibere favoravelmente a nossa pretensão, condição única e essencial para que possamos prosseguir a tarefa de dotar o Concelho com mais esta infraestrutura de importância social.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada consideração.

De V. Ex^{as}.

Atenciosamente

P^a COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO CONV. S.MIGUEL



Figura 6: Pedido de cedência do Convento de São Miguel de Gaeiras à Comissão de Melhoramento do Convento de São Miguel de Gaeiras



S. R.
CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
CÓDIGO POSTAL 2510 - TELEFONE 95102

EXMO SENHOR
DIRECTOR-GERAL DO EQUIPAMENTO REGIONAL
E URBANO
CAMPO GRANDE, 50
L I S B O A

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

10 de Maio de 1991

ASSUNTO: Cedência do Direito de Superfície

A Câmara apreciou o pedido de cedência do direito de superfície dos terrenos do Convento de S. Miguel de Gaeiras, que lhe pertencem, feito pela "COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO CONVENTO DE S. MIGUEL DE GAERIRAS".

Assim:

- Considerando a idoneidade da citada COMISSÃO, que se propõe fazer as obras de restauração do Convento;
- Considerando a necessidade urgente das mesmas serem realizadas, dado o estado de ruína em que especialmente os anexos ao templo se encontram;
- Considerando ainda o valor real de todo o conjunto - Templo, anexos e terrenos, e ainda o valor estimativo que representa para as populações de Gaeiras e do Concelho em geral.

A Câmara deliberou ceder o direito de superfície pelo período de cinquenta anos, prorrogável, à Comissão de Melhoramentos do Convento de S. Miguel de Gaeiras.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

José António Pereira Júnior

Formato A 4

Figura 7: Autorização de cedência do Convento de São Miguel de Gaeiras à Comissão de Melhoramento

Guião de Entrevista

Perguntas comuns

- Qual a sua opinião em relação ao uso atualmente dado ao Convento de São Miguel de Gaeiras?
- Qual a sua opinião em relação ao aproveitamento dado ao espaço?
- Em que aspetos beneficia a zona envolvente com a presença deste relevante edifício conventual?
- Que benefício retira o espaço da utilização atual?
- O restauro realizado em 1998 definiu que a solução era musealizar o espaço. Qual a sua opinião?
- O que pensa sobre a ação de restauro levada a cabo em 1998?
- Que tipo de intervenções / iniciativas gostaria de ver concretizadas no Convento?
- Considera interessante a possibilidade de candidatar o edifício a algum programa europeu mais vocacionado para a área patrimonial?

Perguntas para a Câmara Municipal de Óbidos

- Em 1994, a Câmara decidiu vender o Convento à Comunidade Intermunicipal. Quais os fatores que levaram a essa tomada de decisão? Sabe qual a razão da venda do Convento em 1994?
- Alguma vez foi ponderado readquiri-lo novamente?
- Considera que se o Convento estivesse na posse da Câmara, tal viabilizaria a realização de novos projetos? Qual o âmbito desses projetos?
- Considera que a musealização do Convento seria uma possibilidade de interesse para o município?
- Em termos de divulgação, como apostaria em dar a conhecer ao público a existência deste Convento?
- A Câmara possuía com a Comunidade Intermunicipal um contrato de cedência de espaço. Agora que as empresas se encontram no Parque Tecnológico de Óbidos, como se encontra a vossa relação?
- Qual o seu parecer sobre a gestão atual do espaço do Convento?
- Sobre o passado e o futuro do Convento de São Miguel gostaria de deixar mais alguma reflexão ou comentário?

Perguntas para a Junta de Freguesia de Gaeiras

- Que benefício retira a freguesia da existência do Convento de São Miguel?
- Teria a Junta capacidade de gerir, por si própria, o espaço?
- Em 1998, por ocasião do restauro, a opção era musealizar o Convento. Pensa que teria sido a melhor solução?
- Com a deslocação das empresas para Parque Tecnológico de Óbidos, atualmente parte do espaço encontra-se desocupado. A junta possui algumas ideias para esse espaço?
- Qual a sua opinião sobre a gestão atual do espaço do Convento?

- Sobre o passado e o futuro do Convento de São Miguel gostaria de deixar mais alguma reflexão ou comentário?

Perguntas para o Historiador Telmo Faria

- Em 1994 a Câmara Municipal de Óbidos vendeu à Comunidade Intermunicipal o edifício. Qual o motivo?
- Como membro camarário na época, qual era a sua posição?
- Quais foram os motivos para que a Câmara não tivesse apostado na sua preservação até 1994?
- Na altura foi pensado candidatar o espaço a algum fundo europeu na área patrimonial?
- Por ocasião da aquisição, o projeto era transformar o espaço no Museu Regional. Era a favor da musealização?
- Como Historiador, qual o seu parecer sobre a utilização atual do Convento?
- Algumas zonas do Convento encontram-se vazias após a saída das empresas criativas. Em que solução considera que se deve agora apostar?
- Qual o seu parecer em relação à atual gestão?
- Sobre o passado e o futuro do Convento de São Miguel gostaria de deixar mais alguma reflexão ou comentário?

Perguntas para a Comunidade Intermunicipal OesteCim

- Qual o âmbito das políticas desenvolvidas pela Associação?
- Qual a razão da compra do Convento de São Miguel, em 1994?
- Por que optaram pela compra daquele espaço em concreto?
- Apesar da compra em 1994, o restauro só foi iniciado quatro anos depois. Por quê?
- A vossa opção era instalar aqui a sede da Associação e um Museu Regional. Por que razão não avançou a musealização?
- Foi feito algum catálogo de exposições?
- E as peças utilizadas no Museu, o que foi feito delas?
- Que benefício retira do local a Associação?
- Agora que algumas das empresas saíram do espaço, o que pretendem fazer?
- Existem possíveis parcerias com a Câmara Municipal de Óbidos ou com a Junta de Freguesia de Gaeiras?
- Musealizar novamente seria opção a ponderar?
- Sobre o passado e o futuro do Convento de São Miguel gostaria de deixar mais alguma reflexão ou comentário?

Perguntas para a família Gama

- Qual foi a razão para adquirirem o Convento de São Miguel após a extinção das Ordens Religiosas?
- Que utilidade davam ao espaço?
- A Igreja encontrava-se aberta ao público?
- Durante quanto tempo foi vossa propriedade?
- Por que foi vendida?

- Qual o parecer sobre a utilização atual do Convento?
- O que preferia ver implementado neste espaço para o futuro?
- Sobre o passado e o futuro do Convento de São Miguel gostaria de deixar mais alguma reflexão ou comentário?

Figura 8: Guiões das entrevistas realizadas